



**EDITAL**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**  
(Processo Administrativo nº 05483/2026)

**I. OBJETO** (No caso de divergência entre a especificação contida neste edital e na plataforma da LICITANET, prevalecerá a descrita neste edital.)

Constitui-se objeto: **REGISTRO DE PREÇOS** para Contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de insumos destinados à ajuda humanitária no âmbito da situação de emergência decretada pelo Município de Lauro de Freitas (Decreto nº 5.568/2025), compreendendo o fornecimento, transporte, montagem (quando aplicável) e entrega controlada de kits assistenciais e colchões, destinados às famílias afetadas por alagamentos e enxurradas decorrentes das chuvas intensas ocorridas em 21 de novembro de 2025.

**II. INÍCIO DA SESSÃO** (Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio eletrônico oficial <https://www.licitanet.com.br/> e Diário Oficial.)

DIA: 15/07/2026, às 09h

**III. ENDEREÇO ELETRÔNICO:** O Pregão será realizado em sessão pública online por meio de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, através do site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

**OBSERVAÇÃO:** Somente poderão participar da Sessão Pública, etapa de lances, as empresas que apresentarem Propostas através do site acima.

**IV. BASE LEGAL:** Nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, pela Lei Complementar Federal nº 123/2006 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei Federal nº 8.078/90, Decreto Municipal nº 5.444/2025 e suas alterações, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas disposições deste Edital e de seus Anexos

**V. PARTICIPAÇÃO:** AMPLA

**VI. UNIDADE SOLICITANTE:** SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

**VII. CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** MENOR PREÇO POR LOTE

**VIII. MODO DE DISPUTA:** ABERTO

**IX. FORMA DE FORNECIMENTO:** PARCELADO

**X. PRAZO DE VIGÊNCIA:** O prazo de vigência da Ata é de 12 (doze) meses, contados da data assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da legislação vigente.

**XI. O Valor global estimado da licitação:** R\$ 1.490.688,50 (um milhão quatrocentos e noventa mil seiscentos e oitenta e oito reais e cinquenta centavos).

**XII. VISITA TÉCNICA:** ( ) SIM ( x ) NÃO **XIII. AMOSTRA:** ( ) SIM ( x ) NÃO **XIV. PROVA DE CONCEITO:** ( ) SIM ( x ) NÃO

**XV. GARANTIA DE PROPOSTA:** ( ) SIM ( x ) NÃO **XVI. GARANTIA DE CONTRATAÇÃO:** ( ) SIM ( x ) NÃO

**DADOS DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

<b>PREGOEIRA/AGENTE DE CONTRATAÇÃO:</b> Deisiane Chagas Caitano Lôbo <b>ATO DE NOMEAÇÃO:</b> Decreto Municipal nº 5.650/2026 de 18 de maio de 2026	<b>ENDEREÇO:</b> Av. Brg. Alberto C.Matos, 397 - Jardim do Jockey, Lauro de Freitas - BA – CEP: 43.850-00 <b>CNPJ/MF:</b> 13.927.819/0001-40	
<b>EMAIL:</b> copel.secad@laurodefreitas.ba.gov.br	<b>TEL.:</b> (71) 93618-0633	<b>HORÁRIO DE ATENDIMENTO:</b> Das 08h às 17h



## 1. PREÂMBULO

1.1 O Município de LAURO DE FREITAS/BA, por meio da Superintendência de Contratação, com base no Parecer Jurídico, emitido pela Procuradoria Geral do Município, favorável a legalidade e possibilidade do procedimento, torna público que, realizará a licitação do objeto acima listado, na modalidade de Pregão Eletrônico.

1.2 As regras referentes ao órgão gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta da Ata de Registro de Preços.

## 2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1. O Pregão será realizado em sessão pública, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação - INTERNET, utilizando-se, para tanto, métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do certame.

2.2. Os trabalhos serão conduzidos pela Pregoeira responsável, ou por seu suplente, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema da LICITANET, observados os procedimentos estabelecidos no manual técnico operacional disponível no sítio eletrônico em [https://portal.licitanet.com.br/no menu ajuda/manuais](https://portal.licitanet.com.br/no%20menu%20ajuda/manuais) ou pelo telefone (34)2512 6500 opção 2.

## 3. CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente cadastrado na plataforma da LICITANET, podendo ser realizado através do site <https://www.licitanet.com.br/fornecedor> ou pelo telefone (34) 2512-6500 opção 2.

3.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021 e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

### 3.6 Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. empresas em regime de sub-contratação, observando, para tanto, a disposição do art. 122, §3º da Lei 14.133/2021.

3.6.2. empresas que possuam restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;

3.6.3. empresas que estejam sob concordata ou falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

3.6.4. empresas que tenham sido declaradas inidôneas para contratar com a Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas e/ou quaisquer outros órgãos/entidades deste Município, desde que o ato tenha sido publicado no Diário do Município;

3.6.5. empresas estrangeiras que não funcionem no País;

3.6.6. empresas que possuam participação direta ou indireta de sócios, diretores ou responsáveis técnicos que tenham vínculo empregatício com esta Prefeitura.

3.6.7. Não será admitida a atuação de um único representante legal para duas ou mais empresas.

3.6.8. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.9. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do



Instrumento Contratual, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.10. pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.11. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.12 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do Instrumento Contratual agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. As microempresa ou empresa de pequeno porte (ME ou EPP) poderão se beneficiar do tratamento diferenciado e favorecido em licitações previsto na Lei Complementar nº 123/2006, desde que não se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no parágrafo 4º do seu art. 3º.

3.7.1 A comprovação de que trata o subitem 3.7, quanto à condição de microempresa ou empresa de pequeno porte (ME ou EPP), será realizada quando da entrega dos documentos de habilitação, pela licitante detentora do melhor lance ou proposta, através desse documento:

a) Certidão simplificada da junta comercial.

#### 4. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA ELETRÔNICO

4.1 Para participar do Certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do Sistema, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.

4.2. As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico (<https://licitanet.com.br>).

4.3. É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no Sistema eletrônico utilizado no Certame e de cumprir as regras do presente Edital:

4.4. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do Sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.5. Acompanhar as operações no Sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

4.6. Comunicar imediatamente ao provedor do Sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

4.7. Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica.

4.8. Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

4.9. O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão disponíveis na plataforma, através do site (<https://licitanet.com.br>).

#### 5. DO CADASTRO E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA NA PLATAFORMA

5.1 Os(As) licitante(s) encaminharão, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico <https://licitanet.com.br/>), proposta com a descrição detalhada do objeto ofertado, incluindo quantidade, preço e a marca (conforme solicita o sistema), até a data e o horário limite de início da Sessão Pública, **horário de Brasília**.

5.1.1 A licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema até a abertura da sessão pública.

5.2. Como requisito para a apresentação da proposta, **a licitante declarará**, em campo próprio do sistema, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica e na Lei Federal nº 14.133/2021:

5.2.1. o cumprimento dos requisitos para a habilitação;

5.2.2. a conformidade de sua proposta com as exigências deste edital;



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS  
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

5.2.3. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.2.4. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.2.5. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.3 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá **declarar, ainda**, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.3.1 no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.3.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.4 A falsidade da declaração de que trata o item 5.3 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.5 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.6. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.7. Em sua **proposta eletrônica**, a licitante deverá:

5.7.1. informar o preço unitário; para o(s) qual(is) pretende concorrer, de acordo com o Anexo I.

5.7.1.1. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, em algarismos e devem ser adequados aos praticados no mercado na data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária e devem incluir todos os custos diretos, indiretos e despesas, necessários ao fornecimento do objeto, inclusive frete.

5.7.2. evitar a aposição de sinal ou qualquer outro elemento que possibilite a identificação da licitante antes do encerramento da etapa de lances, sob pena de desclassificação.

5.8. A licitante ainda poderá, no momento do cadastramento da proposta eletrônica, parametrizar o seu valor final mínimo, obedecendo as seguintes regras:

5.8.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

5.8.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o 5.8.1;

5.8.3. o valor final mínimo poderá ser alterado pela licitante durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pela licitante no sistema;

**5.09 Independente dos termos firmados no sistema eletrônico, é imprescindível que o licitante arrematante apresente todas as declarações exigidas no edital.**

5.10. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou cadastradas pelo pregoeiro no sistema ou pela sua desconexão.

**5.11. No preenchimento das informações no Sistema, quando do cadastro da proposta de preço, previamente à sessão pública de lances, é vedada a identificação da licitante, ou seja, não será admitida a veiculação do nome da empresa ou de seus representantes, utilização de material timbrado ou qualquer outro meio que facilite a identificação do licitante, sob pena de desclassificação.**



**5.12** Formalizações de consultas: observado o prazo legal, o licitante poderá formular consultas pelo site <https://portal.licitanet.com.br/login>. As consultas serão respondidas diretamente no site <https://portal.licitanet.com.br/login>, no campo “mensagens”, no link correspondente a este edital, bem como através de e-mail, quando não for possível enviá-las através do sistema.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5 O lance deverá ser ofertado pelo valor GLOBAL.

6.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$ 100,00 (cem reais)**.

6.8 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.9 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa **“ABERTO”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.9.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.9.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.9.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.9.4 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá a Pregoeira, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

6.10 Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 6.9.1; 6.9.2 e 6.9.3, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

6.11 No caso de desconexão com o responsável pela licitação, no decorrer da etapa competitiva do certame, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, sem prejuízo dos atos realizados.

**6.12 Durante a fase de lances se houver um envio de lance equivocado, isto é, com erro de digitação ou incongruência de valores, para que não ocorram prejuízos à Administração com a queda em cascata dos preços, o(a) Pregoeiro(a) poderá cancelar este lance de modo a propiciar ordem à disputa.**

**6.13 Após a exclusão pelo(a) Pregoeiro(a) do lance considerado equivocado, o licitante poderá reapresentá-lo, caso entenda que a exclusão foi indevida. Quedando-se inerte o licitante, o(a) Pregoeiro(a) entenderá como aceito o cancelamento, o que não impossibilitará o licitante de permanecer na disputa com oferta de novos lances.**

6.14 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.



6.15 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.15.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.15.2 Será aberto um prazo de 10 (dez) minutos, após o encerramento da fase de lances para a referida negociação com a empresa arrematante.

6.15.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.15.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.16 Após a finalização da licitação, os licitantes poderão registrar seus questionamentos para a Pregoeira via Sistema, acessando a sequência: "Consultar lotes", acessar o LOTE desejado, e "Incluir Mensagem".

6.16.1 Estes questionamentos serão respondidos pela Pregoeira, acessando a mesma sequência.

## **7. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EMPATES ENTRE PROPOSTAS**

7.1 O sistema eletrônico identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

7.2. Nas condições do subitem anterior, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) relativamente à melhor proposta ou melhor lance, conforme o critério de julgamento adotado, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.3. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ou em percentual de desconto superior ao da primeira colocada, conforme o critério de julgamento adotado, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema eletrônico, contados após a comunicação automática para tanto.

7.4. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes beneficiárias do tratamento diferenciado de que trata a Lei Complementar nº 123, de 2006, que se encontrem naquela faixa de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.5. No caso de equivalência dos valores ou dos percentuais de descontos apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, conforme o critério de julgamento adotado, que se encontrem nas faixas estabelecidas nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.6. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

7.6.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

- a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021;
- c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.6.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) empresas estabelecidas no Estado da Bahia;
- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 2009.

## **8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA**

8.1 Encerrada a etapa de lances e concluída a negociação, quando houver, a Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à conformidade com as especificações técnicas e quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para



a contratação.

8.2 Será rejeitada a proposta que apresentar valores irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração.

8.3 A Pregoeira poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da Administração ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ela, para orientar sua decisão.

8.4 Se a proposta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, a Pregoeira examinará a proposta subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este edital.

8.5 Havendo apenas uma oferta, esta poderá ser aceita, desde que atenda todas as condições deste edital e o seu preço seja compatível com o valor estimado para a contratação e dentro da realidade praticada no mercado

## 9. REMESSA DA PROPOSTA DE PREÇOS REFORMULADA

9.1 A Pregoeira solicitará ao Licitante detentor da melhor oferta do Lote que, no prazo de 2 (duas) horas, envie, em campo próprio por meio do sistema <https://portal.licitanet.com.br/login>, a sua Proposta de Preços Reformulada, adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital, para que sejam submetidos à análise por Profissional Técnico competente, Servidor desta Administração ou não, o qual prestará Assessoria à Pregoeira.

9.2 É facultado à Pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

9.3 O não encaminhamento dos documentos, conforme prazo estipulado no subitem 9.1 deste edital, caracterizará desistência para fins de aplicação das penalidades cabíveis.

9.4 Na hipótese de ocorrência de desistência injustificada de proposta/lance, a Pregoeira autuará processo administrativo para apenação da(s) licitante(s) convocada(s).

9.5 Em obediência Princípio da isonomia entre os licitantes, após transcorrido o prazo de que trata o item 9.1, não serão considerados, para fins de análise, sob qualquer alegação, o envio da Proposta de Preços ou de qualquer outro documento complementar ou retificador (salvo aqueles que vierem a ser requeridos por diligência) sendo realizado, pela Pregoeira, a convocação do próximo licitante tendo em vista a Ordem de Classificação.

9.6 Não serão aceitos preço unitário e global do Lote, acima dos valores constantes do Anexo I do Termo de Referência do Edital.

9.7 Caso o lance vencedor esteja acima do valor estimado da Administração, o licitante poderá ser convocado, para negociar o valor do lance, e, em caso de não atendimento à convocação dentro do prazo estipulado pela Pregoeira, a proposta poderá ser rejeitada, sendo convocada o próximo colocado para a negociação.

**9.8 Os documentos inseridos no sistema que estiverem corrompidos serão considerados como inexistentes. Não serão aceitos links de serviços de armazenamento de arquivos em substituição ao envio dos documentos solicitados deste edital.**

## 10. PROPOSTA DE PREÇOS REFORMULADA

10.1 A Proposta de Preços Reformulada, elaborada conforme modelo constante no ANEXO V deste edital, e os documentos que a instruírem quando for o caso, será apresentada obedecendo aos seguintes requisitos:

10.1.1 Em uma via, em papel timbrado da empresa licitante (exceto documentos emitidos por terceiros que sejam a ela anexados, quando couber), rubricada em todas as suas páginas e assinada na última, sob carimbo, pelo representante legal, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, redigida em língua portuguesa, salvo expressões técnicas de uso corrente em outra língua, nela constando, obrigatoriamente.

- a) Razão Social, CNPJ, endereço, CEP, telefone/fax, endereço eletrônico (e-mail) e pessoa de contato;
- b) Preços unitários e global por item e preço global do lote ofertado;
- c) Descrição detalhada do serviço cotado indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de





garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

d) Prazo de validade de proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contado a partir da data de apresentação;

## 11. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

11.1 O pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

11.1.1. A consulta realizar-se-á em nome da licitante e também de eventual matriz ou filial e de seus sócios majoritários.

11.1.2. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado desclassificado, por falta de condição de participação.

11.2 Será desclassificada a proposta arrematante que:

11.2.1. conter vícios insanáveis;

11.2.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

11.2.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

11.2.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

11.2.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

11.3 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta, podendo a planilha ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

11.3.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

11.4 Para fins de comprovação de **exequibilidade**:

11.4.1 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a **20% (vinte por cento)** do valor orçado pela Administração. Neste caso a Pregoeira solicitará a apresentação dos documentos abaixo:

a) PLANILHA ANALÍTICA DE CUSTOS;

b) COMPROVAÇÃO DE INSUMOS (NOTAS FISCAIS SIMILARES/ CONTRATOS E DOCUMENTOS DE SUPORTE OPERACIONAL/LOGISTICO).

11.4.2. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o subitem 11.4.1, só será considerada após diligência do responsável pela licitação, que comprove:

a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta;

b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

## 12. DA HABILITAÇÃO

12.1 Divulgado o julgamento das propostas de preços na forma prescrita neste Edital, passar-se-á à fase de habilitação.

12.2. O cumprimento dos requisitos de habilitação e a validade dos documentos serão averiguados relativamente à data de sua apresentação, após solicitação do(a) Pregoeiro(a) no sistema.

12.3. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser apresentados em formato digital apenas pela licitante provisoriamente arrematante, por meio do sistema eletrônico, preferencialmente de forma ordenada sequencialmente por item de habilitação, de modo a facilitar sua análise, no prazo de até **02 (duas) horas úteis subsequente ao da solicitação do(a) Pregoeiro(a) no sistema.**

12.4 Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação das licitantes convocadas para sua apresentação.

12.5. Para efeito de validade dos documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista e certidão negativa de falência ou recuperação judicial/extrajudicial, se outro prazo não constar de ato normativo ou do próprio documento, será considerado o período de 90 (noventa) dias após sua emissão.

**12.6. Os documentos inseridos no sistema que estiverem corrompidos serão considerados como inexistentes. Não serão aceitos links de serviços de armazenamento de arquivos em substituição ao envio dos documentos solicitados no item 12.7 deste edital.**





**12.7 Dos documentos que compõem a habilitação:**

**12.7.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

12.7.1.1 As regras estão preestabelecidas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

**12.7.2 HABILITAÇÕES FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

12.7.2.1 As regras estão preestabelecidas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

**12.7.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

12.7.3.1 As regras estão preestabelecidas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

**12.7.4 OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:**

a) Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

**12.7.5 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

12.7.5.1 As regras estão preestabelecidas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

**13. JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO**

13.1 Se o licitante desatender às exigências de Habilitação, a Pregoeira examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de proposta(s) que atenda(m) ao Edital, sendo o(s) respectivo(s) licitante(s) declarado(s) Vencedor(es) e a ele(s) adjudicado o objeto do Certame.

13.2 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

13.3 No caso de documentos que exijam a verificação de sua autenticidade de forma presencial, os documentos originais ou cópias autenticadas deverão ser apresentados a Pregoeira, no prazo indicado no item 12.3 deste edital.

13.4 Quaisquer documentos e certidões que não contiverem data de validade explícita serão considerados válidos por um período de 90 (noventa) dias, a contar da data de suas emissões.

**OBSERVAÇÕES IMPORTANTES**

1. Sob pena de inabilitação, os documentos apresentados deverão estar em nome do licitante, indicando o número do CNPJ e endereço, respectivos:

- a) Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou
- b) Se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

2. Os documentos assinados eletronicamente com certificação da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil não necessitam de reconhecimento de firma, por garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos em forma eletrônica.

**14. DOS RECURSOS**

14.1 Divulgada a decisão da Comissão, em face do ato de julgamento (declaração do vencedor), se dela discordar, a Licitante terá o prazo de 3 (três) dias úteis para interpor recurso, via sistema, contados a partir da data da intimação da decisão que se fará por publicação no sistema, em conformidade com o que dispõe o art. 165, inc. I da Lei 14.133/2021.

14.2. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso, 3 (três) dias úteis, e terá início imediatamente ao término do prazo para interpor recurso, em consonância com o preceito do §4º do art. 165 da Lei 14.133/2021;

14.3. É assegurada aos Licitantes vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses. Caso o Agente de Contratação/Pregoeira não exerça juízo de retratação, a questão será apreciada pela Autoridade Competente para no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos, conforme disposto no art. 165, §2º da Lei nº 14.133/2021.



14.4. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.5. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.6 A impugnação ou o recurso interposto em desacordo com as condições deste edital e seus anexos não serão conhecidos.

14.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste EDITAL e seus ANEXOS, iniciam e expiram exclusivamente em dia de expediente no âmbito do Município.

## 15. DAS OBRIGAÇÕES

15.1. As obrigações das partes são as estabelecidas no Termo de Referência, na minuta da Ata de Registro de Preços e minuta do contrato, anexos deste edital.

## 16. DAS SANÇÕES

16.1 As regras estão preestabelecidas no Termo de Referência, na minuta da Ata de Registro de Preços e minuta do contrato, anexos deste edital.

## 17. DA FORMALIZAÇÃO DE PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

17.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o edital de licitação ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da sessão pública de abertura do certame, através do portal eletrônico <https://licitanet.com.br>.

17.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no portal eletrônico <https://licitanet.com.br> e publicada no Diário Oficial.

17.3. Eventuais modificações neste edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

17.4. A ausência de impugnação implica a aceitação tácita, pela licitante, das condições previstas neste edital e em seus anexos.

## 18. ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO

18.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da Pregoeira, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

18.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

18.3 Homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou a ata de registro de preços no prazo estabelecido no edital.

18.4 O adjudicatário será convocado a assinar o termo de contrato, ou instrumento equivalente, se for o caso, no prazo de até 08 (oito) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas, podendo solicitar sua prorrogação por igual período, por motivo justo e aceito pela Administração.

18.4.1 Se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débito da Adjudicatária perante a Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a Justiça do Trabalho (CNDT) e as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, estiverem com prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

18.4.2 Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações a Adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

18.5 Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, é facultado à Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação pertinente, examinar e verificar a aceitabilidade das propostas subsequentes, na ordem de classificação, bem como o atendimento, pelo licitante, das condições de habilitação, procedendo à contratação.

18.6 A assinatura do contrato deverá ser realizada pelo representante legal da empresa ou mandatário com poderes expressos.

18.7 A contratada ficará obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18.8 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, quando for o caso, compensações ou apelações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.



#### 18.9 CADASTRO RESERVA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.9.1 Após a homologação da licitação, será incluído na Ata de Registro de Preços, na forma de cadastro reserva, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do licitante vencedor, observada a ordem de classificação do certame.

18.9.2 O cadastro reserva tem por objetivo possibilitar a substituição do fornecedor registrado nos casos de:

- a) cancelamento do registro de preços;
- b) descumprimento das obrigações assumidas;
- c) recusa injustificada em assinar a Ata de Registro de Preços ou em atender às Ordens de Fornecimento;
- d) perda das condições de habilitação e qualificação exigidas no certame;
- e) aplicação de penalidade que impeça a contratação com a Administração;
- f) impossibilidade de atendimento integral da demanda registrada.

18.9.3 A convocação dos fornecedores integrantes do cadastro reserva observará a ordem de classificação estabelecida no procedimento licitatório e ocorrerá mediante consulta formal pela Administração.

18.9.4 Os fornecedores integrantes do cadastro reserva somente terão sua proposta registrada após manifestação formal de aceitação quanto:

- a) ao fornecimento do objeto;
- b) ao preço registrado;
- c) às condições estabelecidas no Edital, neste Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços.

18.9.5 A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro reserva será verificada somente quando houver necessidade de sua convocação para contratação, observados os requisitos de habilitação exigidos no certame.

18.9.6 O registro dos licitantes no cadastro reserva não gera direito subjetivo à contratação, constituindo mera expectativa de direito, condicionada à necessidade da Administração e às hipóteses legais de convocação.

18.9.7 O cadastro reserva integrará a Ata de Registro de Preços para todos os fins legais e regulamentares.

#### 19. DA SUBCONTRATAÇÃO

19.1 As regras estão preestabelecidas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

#### 20. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

20.1 As regras estão preestabelecidas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

#### 21. DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1 As informações constantes no Termo de Referência, relativas à contratação de empresa para o fornecimento, não serão tratadas como sigilosas.

21.2. As condições estabelecidas no Termo de Referência serão complementadas e detalhadas no Edital de licitação, na Ata de Registro de Preços e, quando for o caso, nos instrumentos contratuais ou nas ordens de fornecimento, que regerão a execução do objeto, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, com o Decreto Federal nº 11.462/2023 e com as demais normas aplicáveis às contratações públicas.

21.3. A execução do fornecimento deverá observar os princípios que regem a Administração Pública, notadamente os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, planejamento, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo, bem como os princípios da responsabilidade social e da sustentabilidade ambiental, nos termos do art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

21.4. Ficam as licitantes sujeitas às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis caso apresentem, na licitação, qualquer declaração falsa ou que não corresponda à realidade dos fatos.

21.5 Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias úteis.

21.6 As referências de horário correspondem ao horário oficial de Brasília - DF.

21.7 Os casos omissos serão resolvidos pela Pregoeira.

#### 22. FORO

22.1 Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Lauro de Freitas/BA para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Edital, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

#### 23. ANEXOS DO EDITAL

23.1 Fazem parte integrante deste Edital:

ANEXO I	TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO II	DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS  
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

ANEXO III	DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO
ANEXO IV	DECLARAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO
ANEXO V	MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO
ANEXO VI	MINUTA DA ATA
ANEXO VII	MINUTA DO CONTRATO

23.2. Este Edital contém 55 (cinquenta e cinco) folhas rubricadas e numericamente ordenadas.

Lauro de Freitas /BA, 30 de junho de 2026.

**Heider do Vale Almeida Pinheiro**  
Diretoria de Licitações



**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO (Lei 14.133/21, art. 6º, XXIII, “a”)**

**1.1** O presente Termo de Referência tem por objeto a **Contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de insumos destinados à ajuda humanitária no âmbito da situação de emergência decretada pelo Município de Lauro de Freitas (Decreto nº 5.568/2025)**, compreendendo o fornecimento, transporte, montagem (quando aplicável) e entrega controlada de kits assistenciais e colchões, destinados às famílias afetadas por alagamentos e enxurradas decorrentes das chuvas intensas ocorridas em 21 de novembro de 2025.

**1.2** A contratação será realizada por meio de Pregão Eletrônico, com adoção do Sistema de Registro de Preços, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

**2. JUSTIFICATIVA (Lei 14.133/21, art. 6º, XXIII, “b”)**

**2.1** A presente contratação decorre da situação de emergência reconhecida pelo Decreto Municipal nº 5.568/2025, em razão dos impactos provocados pelas chuvas intensas que atingiram o Município, ocasionando alagamentos, danos estruturais, desabrigamento, desalojamento e perdas materiais significativas.

**2.2** Conforme levantamento técnico consolidado no Formulário de Informações do Desastre – FIDE, aprovado pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil – SEDEC, foram identificadas 9.336 pessoas diretamente afetadas pelo evento adverso.

**2.3** O fornecimento dos kits assistenciais e colchões constitui medida necessária para assegurar condições mínimas de subsistência, higiene, salubridade e recomposição básica das condições habitacionais das famílias atingidas.

**2.4** A opção pela modalidade Pregão Eletrônico justifica-se por se tratar de bens comuns, com especificações usuais no mercado, amplamente disponíveis, permitindo julgamento pelo critério de menor preço.

**2.5** A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada diante da natureza dinâmica da demanda, permitindo fornecimento parcelado conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania – SEMDESC, garantindo flexibilidade, economicidade e melhor gestão logística.

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (Lei 14.133/21, art. 6º, XXIII, “c”)**

**3.1** A solução consiste na contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de kits assistenciais e colchões destinados ao atendimento das famílias afetadas pelas chuvas intensas ocorridas no Município de Lauro de Freitas, no contexto da situação de emergência formalmente decretada pelo Decreto nº 5.568/2025.

**3.2** A contratação abrangerá o fornecimento integral dos insumos que compõem os seguintes lotes: Kit Cesta Básica, Kit Higiene Pessoal, Kit Limpeza Doméstica, Kit Dormitório e Colchão de Solteiro, incluindo a aquisição dos produtos, organização e acondicionamento em kits (quando aplicável), embalagem adequada, transporte e entrega controlada nos locais indicados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania – SEMDESC.

**3.3** A solução contempla não apenas o simples fornecimento dos itens individualmente considerados, mas a disponibilização estruturada de kits prontos para distribuição, organizados conforme especificações técnicas previamente definidas, de modo a assegurar agilidade operacional, padronização e eficiência logística na execução das ações assistenciais.



**3.4** A entrega deverá ocorrer de forma parcelada, conforme a emissão de Ordens de Fornecimento, respeitando os prazos estabelecidos e garantindo que os produtos estejam em perfeitas condições de uso e consumo, com observância às normas sanitárias e de qualidade aplicáveis.

**3.5** A modelagem por meio de Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços permite que a Administração adquira os quantitativos de forma progressiva e conforme a real necessidade verificada ao longo da vigência da Ata, assegurando flexibilidade, controle de estoque, racionalização da logística e melhor aplicação dos recursos públicos vinculados às ações de resposta ao desastre.

**3.6** A solução adotada integra as ações de assistência social emergencial, visando restabelecer condições mínimas de dignidade, segurança alimentar, higiene pessoal, organização doméstica e recomposição básica das condições habitacionais das famílias atingidas, garantindo resposta administrativa estruturada, eficiente e juridicamente adequada à situação enfrentada pelo Município.

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Lei 14.133/21, art. 6º, XXIII, "d")**

4.1 A contratação deverá observar requisitos técnicos, operacionais, sanitários e logísticos compatíveis com a natureza do objeto e com a finalidade assistencial a que se destina.

#### **4.2 REQUISITOS GERAIS (APLICÁVEIS A TODOS OS LOTES)**

**4.2.1** Os produtos deverão ser novos, sem uso, e em conformidade com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência.

**4.2.2** As embalagens deverão estar íntegras, lacradas e sem sinais de violação.

**4.2.3** O fornecedor deverá garantir a substituição de itens que apresentem vícios, defeitos ou desconformidades.

**4.2.4** Os fornecimentos ocorrerão de forma parcelada, mediante emissão de Ordem de Fornecimento.

**4.2.5** A empresa deverá comprovar regularidade fiscal, trabalhista e jurídica, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**4.2.6** Deverá possuir capacidade operacional para entrega no Município de Lauro de Freitas.

**4.2.7** Deverá apresentar comprovação através da juntada de atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado de que atua no ramo de atividade do fornecimento do objeto desta licitação e de que cumpriu, ou vem cumprindo, integralmente e de modo satisfatório o Contrato anteriormente mantido com o emitente do atestado.

**4.2.7.1** O atestado deverá ser apresentado com o reconhecimento da firma de quem o emitir, salvo os documentos públicos, conforme o Art. 19, II da Constituição Federal.

**4.2.7.1.1** Os documentos assinados eletronicamente com certificação da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil não necessitam de reconhecimento de firma, por garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos em forma eletrônica.

**4.2.7.2** O atestado deverá conter no mínimo, as seguintes informações: identificação da pessoa jurídica e do responsável pela emissão do atestado; identificação do licitante e descrição clara dos produtos fornecidos.

#### **4.3 REQUISITOS ESPECÍFICOS POR LOTE**

##### **4.3.1 LOTE 01 – KIT CESTA BÁSICA**

###### **Natureza dos itens:**

Gêneros alimentícios.

##### **4.3.1.2 REQUISITOS ESPECÍFICOS**

**4.3.1.2.1** Produtos com prazo de validade mínimo de 6 meses na data da entrega.

**4.3.1.2.2** Embalagens originais do fabricante.

**4.3.1.2.3** Conformidade com normas da ANVISA.

##### **4.3.1.3 EXIGÊNCIA SANITÁRIA:**

**4.3.1.3.1** A empresa deverá possuir Alvará ou Licença Sanitária vigente, compatível com atividade de comercialização ou distribuição de gêneros alimentícios.

##### **4.3.2 LOTE 02 – KIT HIGIENE PESSOAL**



**Natureza dos itens:**

Produtos de higiene pessoal (cosméticos e saneantes de uso corporal).

**4.3.2.1 REQUISITOS ESPECÍFICOS**

**4.3.2.1.1** Produtos devidamente registrados ou regularizados junto à ANVISA, quando aplicável.

**4.3.2.1.2** Prazo de validade mínimo de 12 meses.

**4.3.2.1.3** Embalagens originais e lacradas.

**4.3.2.2 EXIGÊNCIA SANITÁRIA**

**4.3.2.2.1** Alvará ou Licença Sanitária vigente compatível com comércio ou distribuição de produtos de higiene pessoal e cosméticos.

**4.3.3 LOTE 03 – KIT LIMPEZA DOMÉSTICA**

**Natureza dos itens:**

Saneantes domissanitários e materiais de limpeza.

**4.3.3.1 REQUISITOS ESPECÍFICOS**

**4.3.3.1.1** Produtos como água sanitária e desinfetante com registro na ANVISA.

**4.3.3.1.2** Prazo de validade mínimo de 6 ou 12 meses, conforme o produto.

**4.3.3.1.3** Embalagens originais do fabricante.

**4.3.3.2 EXIGÊNCIA SANITÁRIA**

**4.3.3.2.1** Alvará ou Licença Sanitária vigente para comercialização de saneantes.

**4.3.4 LOTE 04 – KIT DORMITÓRIO**

**Natureza dos itens:**

Artigos têxteis.

**4.3.4.1 REQUISITOS ESPECÍFICOS:**

**4.3.4.1.1** Produtos novos.

**4.3.4.1.2** Sem avarias.

**4.3.4.1.3** Dimensões mínimas especificadas.

**4.3.4.1.4** Catálogo ou ficha técnica do fabricante para comprovação de dimensões e composição do tecido.

**4.3.5 LOTE 05 – COLCHÃO DE SOLTEIRO**

**Natureza do item:**

Colchão em espuma.

**4.3.5.1 REQUISITOS ESPECÍFICOS:**

**4.3.5.1.2** Densidade mínima D20;

**4.3.5.1.3** Dimensões mínimas estabelecidas;

**4.3.5.1.4** Produto novo, embalado individualmente.

**4.3.5.1.5** Catálogo ou ficha técnica do fabricante para comprovação das especificações exigidas.

**4.3.5.2 EXIGÊNCIA OBRIGATÓRIA**

**4.3.5.2.1** Certificação do INMETRO (quando aplicável), mediante apresentação de certificado ou comprovação no momento da entrega.

**4.4 RESPONSABILIDADE PELO TRANSPORTE**

**4.4.1** A contratada será integralmente responsável:

**4.4.1.1** Pelo transporte dos bens até o(s) local(is) indicado(s) pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania – SEMDESC;

**4.4.1.2** Pelo carregamento e descarregamento;

**4.4.1.3** Pela integridade dos produtos até o efetivo recebimento pela Administração.

**4.4.1.4** Os custos com frete, seguro, tributos e quaisquer encargos incidentes deverão estar inclusos no a ofertado.

**4.4.1.5** Não será admitida cobrança adicional por transporte dentro do território do Município de Lauro de Freitas.





#### 4.5 SUBCONTRATAÇÃO

4.5.1 Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto da presente contratação.

4.5.2 A vedação à subcontratação justifica-se pela natureza específica da solução adotada, que envolve o fornecimento organizado de kits assistenciais e colchões destinados a atendimento humanitário em contexto de situação de emergência formalmente decretada.

4.5.3 A execução do objeto exige responsabilidade integral da contratada quanto à aquisição dos insumos, montagem padronizada dos kits (quando aplicável), acondicionamento, armazenamento, transporte e entrega controlada nos locais indicados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania – SEMDESC. Trata-se de atividade que demanda coordenação logística unificada, rastreabilidade dos itens fornecidos e controle rigoroso de qualidade, especialmente em razão da utilização de recursos federais vinculados às ações de resposta ao desastre.

4.5.4 A eventual subcontratação poderia comprometer:

4.5.4.1 A padronização dos kits e o controle de qualidade dos produtos;

4.5.4.2 A rastreabilidade da cadeia de fornecimento, essencial para fins de fiscalização e prestação de contas;

4.5.4.3 A responsabilidade objetiva da contratada pela integral execução do objeto;

4.5.4.4 A celeridade na entrega, considerando a necessidade de resposta rápida às famílias afetadas.

4.5.4.5 Adicionalmente, o objeto consiste em bens comuns, amplamente disponíveis no mercado, não havendo complexidade técnica que justifique a fragmentação da execução. A vedação à subcontratação, portanto, não restringe indevidamente a competitividade, mas visa assegurar maior controle administrativo, eficiência logística e segurança jurídica na aplicação dos recursos públicos.

4.5.4.6 Ressalta-se que a contratada permanece integralmente responsável pela execução do objeto, não podendo transferir a terceiros as obrigações assumidas perante a Administração.

#### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (Lei 14.133/21, art. 6º, XXIII, “e”)**

5.1 A execução do objeto ocorrerá de forma indireta, mediante formalização de Ata de Registro de Preços, decorrente de Pregão Eletrônico, com fornecimento parcelado conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania – SEMDESC.

5.2 A contratação não implicará obrigação de aquisição da totalidade dos quantitativos estimados, os quais representam previsão máxima para fins de registro. As aquisições serão realizadas por meio de emissão de Ordens de Fornecimento, observando-se a disponibilidade orçamentária e a demanda efetiva identificada no âmbito das ações assistenciais.

#### 5.3 FORMA DE FORNECIMENTO

5.3.1 O fornecimento compreenderá:

5.3.1.1 Aquisição dos itens que compõem cada lote;

5.3.1.2 Montagem e acondicionamento dos kits, quando aplicável;

5.3.1.3 Embalagem adequada que assegure integridade e conservação dos produtos;

5.3.1.4 Transporte até os locais indicados pela SEMDESC dentro do limite geográfico do Município de Lauro de Freitas;

5.3.1.5 Entrega controlada, com conferência quantitativa e qualitativa no ato do recebimento.

5.3.1.6 Os kits deverão ser entregues organizados e devidamente acondicionados, de modo a permitir imediata distribuição às famílias beneficiárias, vedada a entrega de itens soltos quando se tratar de lote estruturado como kit.

#### 5.4 PRAZO DE ENTREGA

5.4.1 O prazo máximo para entrega será de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento, salvo disposição diversa expressamente indicada pela Administração.

5.4.2 Poderão ser realizadas entregas parceladas, conforme cronograma definido pela SEMDESC, considerando a dinâmica do atendimento às famílias afetadas.



## 5.5 LOCAL DE ENTREGA

**5.5.1** A entrega ocorrerá em local(is) previamente indicado(s) pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania – SEMDESC, dentro do território do Município de Lauro de Freitas.

**5.5.2** O transporte, carga, descarga e demais custos logísticos serão de inteira responsabilidade da contratada.

## 5.4 RECEBIMENTO DO OBJETO

**5.6.1** O recebimento ocorrerá em duas etapas:

**5.6.1.2** Recebimento provisório, no ato da entrega, para conferência quantitativa e verificação inicial das condições dos produtos;

**5.6.1.3** Recebimento definitivo, após verificação detalhada da conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

**5.6.1.4** Constatadas irregularidades, os produtos poderão ser recusados total ou parcialmente, devendo a contratada proceder à substituição no prazo fixado pela Administração, sem ônus adicional.

## 5.7 CONTROLE E RASTREABILIDADE

**5.7.1** A contratada deverá manter controle adequado dos lotes fornecidos, possibilitando identificação dos produtos entregues, especialmente no que se refere a validade, fabricante e quantitativo, assegurando rastreabilidade compatível com a utilização de recursos públicos vinculados às ações de resposta ao desastre.

## 6. PRAZO, MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO (Lei 14.133/21, art. 6º, XXIII, "f")

**6.1** A gestão da contratação decorrente da Ata de Registro de Preços observará as disposições da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à designação formal de gestor e fiscal, à segregação de funções e ao acompanhamento sistemático da execução.

**6.2** Embora a formalização se dê por meio de Ata de Registro de Preços, a gestão ocorrerá de forma equivalente à de contrato administrativo, considerando que cada Ordem de Fornecimento gerará obrigações específicas à contratada.

**6.3** A presente contratação será realizada por Pregão Eletrônico, utilizando o Sistema de Registro de Preços (SRP), nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**6.4** O prazo de vigência da Ata é de 12 (doze) meses, contados da data assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da legislação vigente.

**6.5** Na hipótese de prorrogação da vigência da Ata, os quantitativos registrados para os itens licitados poderão ser renovados, restabelecendo-se o saldo total inicial, desde que acordado entre as partes, justificado o interesse público e mantidas as condições vantajosas.

**6.6** A renovação de quantitativos não poderá exceder os limites originais da Ata, não sendo permitida a contratação em quantia superior à registrada inicialmente.

## 6.7 DESIGNAÇÃO DE GESTOR E FISCAL

**6.7.1** **Gestor da Ata**, responsável pelo acompanhamento global da execução, controle das ordens de fornecimento, verificação do cumprimento das obrigações contratuais e interlocução administrativa com a contratada;



**GESTOR TITULAR:**

Milene Dias Santos Neves

Matrícula: 125411

**GESTOR SUBSTITUTO:**

Edvan do Nascimento Santos

Matrícula: 101219

**6.7.1.1 Cabe ao gestor da Ata:**

- a) coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização da ata contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento da ata, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações da ata, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do ata para fins de atendimento da finalidade da administração.
- b) acompanhar os registros realizados pelos fiscais da ata, de todas as ocorrências relacionadas à execução da ata e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- d) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução da ata, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- e) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- f) elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- g) enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos da ata.

**6.7.2 Fiscal da Ata**, responsável pela verificação da conformidade dos produtos entregues com as especificações técnicas, conferência quantitativa e qualitativa, registro de ocorrências e emissão de atesto para fins de pagamento.

**FISCAL TITULAR:**

Genívia De Jesus Santos

Matrícula: 124645

**FISCAL SUBSTITUTO:**

Victor Almeida da Hora

Matrícula: 113509

**6.7.2.1 Cabe ao fiscal da Ata:**

- a) O fiscal da ata anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução da ata, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- b) O fiscal da ata informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.
- c) O fiscal da ata será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução da ata.



## **6.8 ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO**

**6.8.1** O acompanhamento da execução compreenderá:

- a) Controle das Ordens de Fornecimento emitidas;
- b) Verificação do cumprimento dos prazos de entrega;
- c) Conferência da qualidade e integridade dos produtos;
- d) Registro formal de ocorrências, atrasos ou inconformidades;
- e) Adoção de medidas corretivas e aplicação de penalidades, quando cabível.

**6.8.2** Os registros de fiscalização deverão integrar os autos do processo administrativo, garantindo rastreabilidade e transparência.

## **6.9 GESTÃO FINANCEIRA E PRESTAÇÃO DE CONTAS**

**6.9.1** Considerando que os recursos utilizados decorrem de repasse federal destinado às ações de resposta à situação de emergência, deverá ser assegurado controle individualizado da execução financeira, com:

- a) Vinculação das despesas à fonte de recurso específica;
- b) Arquivamento organizado de notas fiscais, atestes, relatórios de entrega e comprovantes;
- c) Compatibilização entre quantitativos adquiridos e famílias atendidas.

**6.9.2** O setor financeiro atuará em conjunto com o gestor da contratação e com a Controladoria Geral do Município, a fim de assegurar regularidade na aplicação dos recursos e adequada prestação de contas aos órgãos competentes.

## **6.10 COMUNICAÇÃO E PENALIDADES**

**6.10.1** Eventuais descumprimentos contratuais deverão ser formalmente comunicados à contratada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, podendo ensejar aplicação das penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021 e no edital.

## **7. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (Lei 14.133/21, art. 6º, XXIII, "g")**

### **7.1 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E RECEBIMENTO**

**7.1.1** A medição para fins de pagamento será realizada com base nos quantitativos efetivamente fornecidos e devidamente recebidos pela Administração, conforme Ordens de Fornecimento emitidas no âmbito da Ata de Registro de Preços.

**7.1.2** O pagamento estará condicionado:

- a) À entrega integral ou parcial dos itens constantes na respectiva Ordem de Fornecimento;
- b) Ao recebimento provisório e posterior recebimento definitivo pelo fiscal designado;
- c) À verificação da conformidade dos produtos com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.



**7.1.3** Não haverá pagamento antecipado. A Administração somente efetuará o pagamento após a efetiva entrega e ateste da regularidade do fornecimento.

**7.1.4** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**7.1.5** Produtos entregues em desacordo com as especificações não serão objeto de medição até que sejam substituídos e regularizados.

**7.1.6** O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

**7.1.7** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

**7.1.8** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**7.1.9** O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

**7.1.10** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução da ata.

## **7.2 LIQUIDAÇÃO**

**7.2.1** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

**7.2.2** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.2.3** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: o prazo de validade; a data da emissão; os dados da ata e do órgão contratante; o período respectivo de execução da ata; o valor a pagar; e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**7.2.4** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

**7.2.5** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido



Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.2.6** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas

**7.2.7** Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**7.2.8** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**7.2.9** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**7.2.10** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da ata, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **7.3 PRAZO DE PAGAMENTO**

**7.3.1** O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

### **7.4 FORMA DE PAGAMENTO**

**7.4.1** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**7.4.2** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**7.4.3** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**7.4.4** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**7.4.5** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



## 8. DO REAJUSTE DE PREÇOS E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

8.1. Os preços registrados e os contratos deles decorrentes poderão ser reajustados, observado o interregno mínimo de 01 (um) ano, contado da data do orçamento estimado da contratação, nos termos do art. 92, inciso V e §3º da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.1.1. O reajustamento será realizado mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, incidente exclusivamente sobre as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.1.2. O cálculo do reajuste observará a seguinte fórmula:

$$R = V \times [(I_i - I_o) / I_o]$$

Onde:

- R = valor do reajuste;
- V = valor contratual a ser reajustado;
- $I_i$  = índice do mês do reajuste;
- $I_o$  = índice do mês da data do orçamento estimado.

8.1.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste concedido.

8.1.4. No caso de atraso, ausência de divulgação ou extinção do índice estabelecido, será adotado índice oficial que venha a substituí-lo ou, na ausência de substituto legal, outro índice oficial equivalente que reflita a variação inflacionária do período, mediante apostilamento ou termo aditivo, conforme o caso.

8.1.5. O reajuste será formalizado por apostilamento, nos termos do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

8.2. Fica assegurado o direito à revisão para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial da contratação, nos termos do art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021, mediante comprovação superveniente de fato imprevisível, previsível de consequências incalculáveis, caso fortuito, força maior ou fato do príncipe que impacte significativamente os custos da execução contratual.

## 9. CADASTRO RESERVA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 Após a homologação da licitação, será incluído na Ata de Registro de Preços, na forma de cadastro reserva, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do licitante vencedor, observada a ordem de classificação do certame.

9.2 O cadastro reserva tem por objetivo possibilitar a substituição do fornecedor registrado nos casos de:

- a) cancelamento do registro de preços;
- b) descumprimento das obrigações assumidas;
- c) recusa injustificada em assinar a Ata de Registro de Preços ou em atender às Ordens de Fornecimento;
- d) perda das condições de habilitação e qualificação exigidas no certame;





- e) aplicação de penalidade que impeça a contratação com a Administração;
- f) impossibilidade de atendimento integral da demanda registrada.

9.3 A convocação dos fornecedores integrantes do cadastro reserva observará a ordem de classificação estabelecida no procedimento licitatório e ocorrerá mediante consulta formal pela Administração.

9.4 Os fornecedores integrantes do cadastro reserva somente terão sua proposta registrada após manifestação formal de aceitação quanto:

- a) ao fornecimento do objeto;
- b) ao preço registrado;
- c) às condições estabelecidas no Edital, neste Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços.

9.5 A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro reserva será verificada somente quando houver necessidade de sua convocação para contratação, observados os requisitos de habilitação exigidos no certame.

9.6 O registro dos licitantes no cadastro reserva não gera direito subjetivo à contratação, constituindo mera expectativa de direito, condicionada à necessidade da Administração e às hipóteses legais de convocação.

9.7 O cadastro reserva integrará a Ata de Registro de Preços para todos os fins legais e regulamentares.

## 10 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (Lei 14.133/21, art. 6º, XXIII, "h")

### 10.1 FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

**10.1.1** A seleção do fornecedor será realizada mediante **licitação na modalidade Pregão, na forma Eletrônica**, com adoção do **Sistema de Registro de Preços**, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

### 10.2 FORMA DE FORNECIMENTO

10.2.1 O fornecimento do objeto deve ser entregue de forma , conforme a necessidade do órgão, durante a vigência da ata. A entrega deve ocorrer no prazo estabelecido na ordem de fornecimento.

### 10.3 HABILITAÇÃO JURÍDICA

**10.3.1 Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**10.3.2 Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**10.3.3 Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**10.3.4 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



**10.3.5 Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**10.3.6 Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**10.3.7 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

**10.3.8** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### 10.4 RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

**10.4.1.** Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

**10.4.2.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU);

**10.4.3** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Fazenda Municipal do domicílio ou sede da interessada, assegurada a regra para as microempresas e empresas de pequeno porte;

**10.4.4** Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS: Certidão de Regularidade de Situação - CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;

**10.4.5** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa.

#### 10.5 RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

**10.5.1** Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

**10.5.2** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133/2021, art. 69, caput, inciso II);

**10.5.3** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

**10.5.3.1** Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

**10.5.3.2** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

**10.5.3.3** Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;



**10.5.3.4** Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

**10.5.4** Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

**10.5.5** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, § 1º).

**10.5.6** O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

## **10.6 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**10.6.1** Comprovação de qualificação técnica operacional mediante a apresentação de pelo menos 01 (um) atestado (s) expedido necessariamente em nome da licitante, por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com objeto da licitação;

**10.6.2** O(s) atestado(s) deverá(ão) ser apresentado(s) constando as seguintes informações da eminente: papel timbrado, CNPJ, endereço, telefone, data de emissão, nome e cargo/função de quem assina o documento, bem como conter objeto, atividades desenvolvidas, quantidade de produto fornecido compatível em características, quantidades e prazos ao contratado e período de contratação;

**10.6.3** Não serão aceitos atestados emitidos por empresas do mesmo grupo empresarial da concorrente ou pela própria concorrente e/ou emitidos por empresas, das quais participem sócios ou diretores da concorrente.

**10.6.4** O atestado deverá ser apresentado com o reconhecimento da firma de quem o emitir, salvo os documentos públicos, conforme o Art. 19, II da Constituição Federal.

**10.6.5** Os documentos assinados eletronicamente com certificação da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil não necessitam de reconhecimento de firma, por garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos em forma eletrônica.

### **10.6.7 PARA O LOTE 01 – KIT CESTA BÁSICA**

**10.6.7.1** Alvará Sanitário ou Licença de Funcionamento Sanitária, expedido pela Vigilância Sanitária competente (municipal ou estadual), em nome da licitante, compatível com a atividade de comércio, distribuição ou armazenamento de alimentos.

**10.6.7.2** Alvará de Funcionamento, expedido pelo órgão municipal competente.

**10.6.7.3** Declaração de que os produtos:

**10.6.7.3.1** Atendem às normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);

**10.6.7.3.2** Possuem rotulagem conforme legislação sanitária vigente;

**10.6.7.3.3** Estão dentro do prazo de validade no momento da entrega (mínimo de 75% da validade total).



#### **10.6.8 PARA O LOTE 02 – KIT HIGIENE PESSOAL**

**10.6.8.1** Alvará Sanitário ou Licença Sanitária, compatível com comércio ou distribuição de produtos de higiene pessoal.

**10.6.8.2** Declaração de que os produtos:

- a) Estão regularizados perante a Agência Nacional de Vigilância Sanitária;
- b) Possuem notificação ou registro, quando exigido;
- c) Estão acondicionados adequadamente e dentro do prazo de validade.

**10.6.8.3** Rotulagem conforme normas sanitárias vigentes.

#### **10.6.9 PARA O LOTE 03 – KIT LIMPEZA DOMÉSTICA**

**10.6.9.1** Alvará Sanitário, compatível com comércio ou distribuição de saneantes.

**10.6.9.2** Declaração de que os saneantes (ex.: desinfetante):

- a) Estão regularizados perante a Agência Nacional de Vigilância Sanitária;
- b) Possuem registro ou notificação válida.

Rotulagem conforme normas de segurança e identificação de composição, fabricante e número de registro.

#### **10.6.10 PARA O LOTE 04 – KIT DORMITÓRIO**

**10.6.10.1** Declaração de que os produtos:

- a) São novos;
- b) Não possuem material reciclado contaminado;
- c) Estão devidamente embalados.

**10.6.10.2** Apresentação de catálogo ou ficha técnica para conferência das especificações mínimas.

#### **10.6.11 PARA O LOTE 05 – COLCHÃO DE SOLTEIRO**

**10.6.11.1** Certificação compulsória do INMETRO, com selo de conformidade válido, conforme regulamentação aplicável.

**10.6.11.2** Comprovação de que o produto atende às normas técnicas da Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO).

**10.6.11.3** Apresentação de ficha técnica ou catálogo do fabricante.

**10.6.12** Previamente à celebração da ata, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:



- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

**10.6.13** A consulta ao cadastro será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**10.6.14** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**10.6.15** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**10.6.16.** O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

**10.6.17.** Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

**10.6.18.** É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

**10.6.19.** Para a habilitação regulamentada neste item, o interessado deverá apresentar a documentação a seguir relacionada.

## **11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Constituem obrigações da Contratada, sem prejuízo das demais previstas na legislação aplicável, neste Termo de Referência, no Edital e na Ata de Registro de Preços:

### **11.1 OBRIGAÇÕES GERAIS**

- I. Executar o objeto em estrita conformidade com as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, na proposta apresentada e na Ata de Registro de Preços;
- II. Fornecer produtos novos, sem uso, em perfeitas condições de conservação, consumo e utilização, adequadamente embalados e dentro dos prazos de validade exigidos;
- III. Cumprir os prazos de entrega estabelecidos nas Ordens de Fornecimento, observado o prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis;
- IV. Responsabilizar-se integralmente pelo transporte, carregamento, descarregamento e entrega dos produtos nos locais indicados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania – SEMDESC;
- V. Arcar com todos os custos diretos e indiretos relacionados ao fornecimento, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, securitários e logísticos;



VI. Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame;

VII. Responsabilizar-se integralmente pela qualidade, integridade e regularidade dos produtos fornecidos, respondendo por quaisquer vícios, defeitos ou desconformidades constatadas, ainda que posteriormente ao recebimento definitivo.

#### **11.2 OBRIGAÇÕES SANITÁRIAS E DE CONFORMIDADE**

I. Assegurar que os produtos alimentícios, de higiene pessoal e de limpeza estejam em conformidade com a legislação sanitária, consumerista e regulamentar vigente;

II. Garantir que os produtos sujeitos à regulamentação específica estejam devidamente regularizados perante os órgãos competentes, especialmente ANVISA e INMETRO, quando aplicável;

III. Disponibilizar, sempre que solicitado pela fiscalização, documentação técnica dos produtos, tais como fichas técnicas, laudos, certificados de conformidade, registros sanitários ou FISPQ, quando aplicável;

IV. Garantir que os colchões fornecidos possuam certificação válida do INMETRO e selo de conformidade compatível com a regulamentação vigente;

V. Assegurar que os produtos sejam entregues em embalagens íntegras, lacradas e sem sinais de violação ou avaria.

#### **11.3 OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS**

I. Permitir e facilitar a fiscalização da execução do objeto pela Administração, prestando todas as informações e esclarecimentos solicitados;

II. Substituir, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, ou em prazo inferior definido pela Administração em razão da urgência da demanda, quaisquer produtos que:

- a) sejam entregues em desacordo com as especificações técnicas;
- b) apresentem defeitos, avarias ou irregularidades;
- c) estejam com prazo de validade inferior ao exigido;
- d) apresentem indícios de adulteração, violação ou comprometimento da qualidade.

III. Responsabilizar-se pelos danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Administração;

IV. Não transferir a terceiros a execução integral do objeto contratado, permanecendo integralmente responsável perante a Administração, nos termos estabelecidos neste Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços;

V. Manter controle adequado de estoque, logística e distribuição, de modo a assegurar o atendimento tempestivo das demandas parceladas emitidas pela SEMDESC;

VI. Garantir rastreabilidade mínima dos produtos fornecidos, especialmente quanto ao fabricante, lote, validade e quantitativos entregues.

#### **11.4 OBRIGAÇÕES RELATIVAS À APLICAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS**

Considerando que os recursos utilizados decorrem de repasse federal destinado à execução de ações de resposta à situação de emergência, a Contratada deverá:

I. Garantir a rastreabilidade dos fornecimentos realizados;



- II. Emitir notas fiscais contendo identificação da Ata de Registro de Preços e da respectiva Ordem de Fornecimento;
- III. Colaborar integralmente com auditorias, fiscalizações, diligências ou solicitações de informações realizadas pelos órgãos de controle interno e externo;
- IV. Manter organizados e disponíveis os documentos comprobatórios relacionados ao fornecimento executado, sempre que solicitado pela Administração.

#### **11.5 RESPONSABILIDADE SOCIAL**

Considerando a natureza assistencial do objeto, a Contratada deverá:

- I. Assegurar que os produtos estejam em condições adequadas para distribuição às famílias afetadas pela situação de emergência;
- II. Observar padrões mínimos de qualidade, higiene, segurança e dignidade no fornecimento dos kits assistenciais;
- III. Abster-se de fornecer produtos com aparência inadequada, avariados, deteriorados ou incompatíveis com a finalidade assistencial da contratação.

#### **12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- a) Receber o objeto no prazo e nas condições estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital e na Ata de Registro de Preços;
- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste Termo de Referência, na proposta e na Ata de Registro de Preços, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, por meio de servidor(es) ou comissão especialmente designada;
- e) Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência, no Edital e na Ata de Registro de Preços;
- f) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da Ata de Registro de Preços, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- g) A Administração poderá paralisar ou suspender, a qualquer momento, a execução do fornecimento, caso verifique descumprimento das normas legais, contratuais ou das condições estabelecidas neste Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços.





ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS  
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

**13. ESTIMATIVA DE VALOR E QUANTIDADES (Lei 14.133/21, art. 6º, XXIII, “i”)**

**13.1** O valor estimado da contratação, no montante de **R\$ 1.490.688,50 (um milhão quatrocentos e noventa mil seiscentos e oitenta e oito reais e cinquenta centavos)**, destinadas ao atendimento da demanda estimada da Administração, conforme abaixo demonstrado.

LOTE 01 – KIT CESTA BÁSICA					Ref. Unitário (R\$)	Ref. Total (R\$)
Item	Descrição	Conteúdo de cada kit	Unidade de referência	Quantidade		
1	KIT CESTA BÁSICA	Composto por: 05kg de arroz tipo 1; 01 kg de açúcar tipo cristal; 02 pacotes de biscoito cream cracker 300g; 01kg de farinha de mandioca; 03 kg de feijão tipo 1; 04 pacotes de flocos de milho 500g; 02 pacotes de leite em pó 200g; 02 pacotes de macarrão 500g; 01 óleo de soja 900ml; 01kg de sal; 02 latas de sardinha 125g; 02 unid extrato de tomate 340g; 03 sachês de refresco em pó.	KIT	2.500	R\$ 188,34	R\$ 470.850,00
DESCRIÇÃO DETALHADA DOS ITENS E QUANTIDADES POR KIT			UNID.	QUANT.	Ref. Unitário (R\$)	Ref. Total (R\$)
1.1	ARROZ TIPO 1	Arroz branco, tipo 1, classe longo fino, polido, isento de sujidades, grãos inteiros, embalagem plástica transparente, resistente e lacrada, contendo 5 kg, com prazo de validade mínima de 6 meses na data da entrega.	UNID.	1	R\$ 26,37	R\$ 26,37
1.2	AÇÚCAR TIPO CRISTAL	Açúcar tipo cristal, obtido da cana-de-açúcar, branco, embalagem plástica resistente contendo 1 kg, com validade mínima de 6 meses na data da entrega.	KG	1	R\$ 4,85	R\$ 4,85
1.3	BISCOITO	Biscoito salgado tipo cream cracker, acondicionado em embalagem original do fabricante contendo aproximadamente 300 g cada, íntegra e lacrada, com validade mínima de 6 meses na data da entrega.	PACOTE	2	R\$ 6,20	R\$ 12,40
1.4	FARINHA DE MANDIOCA	Farinha de mandioca branca, fina ou média, seca, isenta de impurezas, embalagem plástica resistente contendo 1 kg, com validade mínima de 6 meses na data da entrega.	KG	1	R\$ 9,60	R\$ 9,60
1.5	FEIJÃO TIPO 1	Feijão tipo 1, classe carioca ou preto, grãos inteiros, limpos e secos, embalagem plástica resistente contendo 1 kg cada (totalizando 3 kg), com validade mínima de 6 meses na data da entrega.	KG	3	R\$ 12,03	R\$ 36,09
1.6	FLOCOS DE MILHO	Flocos de milho pré-cozidos, embalagem plástica resistente contendo 500 g cada, íntegra e lacrada, com validade mínima de 6 meses na data da entrega.	PACOTE DE 500G	4	R\$ 3,03	R\$ 12,12
1.7	LEITE EM PÓ	Leite em pó integral, embalagem aluminizada ou apropriada contendo 200 g cada, com registro no órgão competente, validade mínima de 6 meses na data da entrega.	PACOTE	2	R\$ 12,09	R\$ 24,18
1.8	MACARRÃO	Macarrão tipo espagete ou parafuso, massa seca com ovos ou comum, embalagem plástica resistente contendo 500 g cada, com validade mínima de 6 meses na data da entrega.	PACOTE	2	R\$ 5,36	R\$ 10,72
1.9	ÓLEO DE SOJA	Óleo de soja refinado, embalagem pet contendo 900 ml, lacrada, com validade mínima de 6 meses na data da entrega.	UNID	1	R\$ 11,33	R\$ 11,33
1.10	SAL	Sal refinado, iodado, embalagem plástica contendo 1 kg, com validade mínima de 6 meses na data da entrega.	KG	1	R\$ 3,59	R\$ 3,59
1.11	SARDINHA	Sardinha em conserva (óleo ou molho de tomate), lata contendo aproximadamente 125 g, íntegra, sem amassados ou ferrugem, com validade mínima de 6 meses na data da entrega.	UNID	2	R\$ 9,89	R\$ 19,78
1.12	EXTRATO DE TOMATE	Extrato de tomate concentrado, embalagem tipo sachê ou lata contendo aproximadamente 340 g, íntegra e lacrada, com validade mínima de 6 meses na data da entrega.	UNID	2	R\$ 5,73	R\$ 11,46
1.13	SACHÊS DE REFRESCO EM PÓ	Preparado sólido para refresco, diversos sabores, embalagem individual tipo sachê, peso líquido aproximado entre 20 g e 30 g cada, com validade mínima de 6 meses na data da entrega.	PACOTE	3	R\$ 1,95	R\$ 5,85
VALOR REFERENCIAL POR KIT =					R\$ 188,34	
VALOR GLOBAL LOTE 01 =					R\$ 470.850,00	
LOTE 02 – KIT HIGIENE PESSOAL					Ref. Unitário (R\$)	Ref. Total (R\$)
Item	Descrição	Conteúdo de cada kit	Unidade de referência	Quantidade		
1	KIT HIGIENE PESSOAL	Composto por: 01 desodorantes; 01 cremes dentais 70g; 01 escovas dentais; 01 sabonetes em barra; 01 toalhas de banho; 01 pacotes de papel higiênico com 4 rolos; 01 desinfetante 01L.	KIT	1.500	R\$ 112,18	R\$ 168.270,00
DESCRIÇÃO DETALHADA DOS ITENS E QUANTIDADES POR KIT			UNID.	QUANT.	Ref. Unitário (R\$)	Ref. Total (R\$)
1.1	DESODORANTE	Desodorante antitranspirante, aerossol ou roll-on, uso adulto, fragrância suave, embalagem original do fabricante contendo no mínimo 90 g (aerossol) ou 50 ml (roll-on), com validade mínima de 12 meses na data da entrega.	UNID	1	R\$ 13,18	R\$ 13,18
1.2	CREME DENTAL	Creme dental com flúor, uso adulto, embalagem contendo no mínimo 70 g, devidamente registrado na ANVISA, com validade mínima de 12 meses na data da entrega.	UNID	1	R\$ 6,26	R\$ 6,26
1.3	ESCOVA DE DENTE	Escova dental adulto, com cerdas macias ou médias, cabo anatômico em material plástico resistente, acondicionada em embalagem individual lacrada.	UNID	1	R\$ 7,48	R\$ 7,48
1.4	SABONETE EM BARRA	Sabonete em barra, uso adulto, peso mínimo de 80 g, fragrância suave, embalagem individual original do fabricante, com validade mínima de 12 meses na data da entrega.	UNID	1	R\$ 3,93	R\$ 3,93
1.5	TOALHA DE BANHO	Toalha de banho em tecido felpudo 100% algodão ou com composição mista predominantemente algodão, macia, absorvente, dimensões mínimas aproximadas de 1,20 m x 0,60 m, nova, sem uso, embalada individualmente.	UNID	1	R\$ 36,61	R\$ 36,61
1.6	PACOTES DE PAPEL HIGIÊNICO	Papel higiênico branco, folha simples ou dupla, macio, neutro, pacote contendo no mínimo 4 rolos de 30 metros cada, embalado originalmente pelo fabricante.	UNID	1	R\$ 8,78	R\$ 8,78
1.7	SHAMPOO	Shampoo para uso adulto, indicado para higiene capilar diária, acondicionado em embalagem individual contendo no mínimo 200 ml e máximo 350 ml, devidamente registrado na ANVISA, com validade mínima de 12 meses na data da entrega.	UNID	1	R\$ 16,09	R\$ 16,09
1.8	CONDICIONADOR	Condicionador capilar para uso adulto, acondicionado em embalagem individual contendo no mínimo 200 ml e máximo 350 ml, devidamente registrado na ANVISA, com validade mínima de 12 meses na data da entrega.	UNID	1	R\$ 19,85	R\$ 19,85
VALOR REFERENCIAL POR KIT =					R\$ 112,18	
VALOR GLOBAL LOTE 02 =					R\$ 168.270,00	



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS  
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

LOTE 03 – KIT LIMPEZA DOMÉSTICA					Ref. Unitário (R\$)	Ref. Total (R\$)
Item	Descrição	Conteúdo de cada kit	Unidade de referência	Quantidade		
1	KIT LIMPEZA DOMÉSTICA	Composto por: 01 balde; 01 esponja multiuso; 01 pacote esponja de aço; 01 pá coletora de lixo; 02 panos de chão; 01 rodo; 01 pacote de sabão em barras com 5 unidades; 01 sabão em pó 500g; 01 pacote de saco de lixo com 10x50l; 01 vassoura multiuso; 1 unid. água sanitária 1l.	KIT	1.350	R\$ 124,43	R\$ 167.980,50
DESCRIÇÃO DETALHADA DOS ITENS E QUANTIDADES POR KIT			UNID.	QUANT.	Ref. Unitário (R\$)	Ref. Total (R\$)
1.1	BALDE	Balde plástico resistente, confeccionado em polipropileno ou material similar, com alça reforçada, capacidade mínima de 10 litros, sem tampa, novo.	UNID.	1	R\$ 17,33	R\$ 17,33
1.2	ESPONJA MULTIUSO	Esponja sintética multiuso, dupla face (espuma e fibra abrasiva), indicada para limpeza geral, nova, embalada individualmente.	UNID.	1	R\$ 3,11	R\$ 3,11
1.3	ESPONJA DE AÇO	Esponja de aço carbono para limpeza pesada, pacote contendo no mínimo 8 unidades ou peso líquido mínimo de 60 g, embalagem original do fabricante.	UNID.	1	R\$ 3,27	R\$ 3,27
1.4	PÁ COLETORA DE LIXO	Pá para lixo, confeccionada em material plástico resistente, com cabo curto ou longo, nova.	UNID.	1	R\$ 12,88	R\$ 12,88
1.5	PANOS DE CHÃO	Pano de chão em algodão ou material similar de alta absorção, dimensões mínimas aproximadas de 40 cm x 60 cm, novo.	UNID.	2	R\$ 6,17	R\$ 12,34
1.6	RODO	Rodo para limpeza de piso, com base plástica ou de madeira resistente, largura mínima de 30 cm, com borracha dupla ou simples, acompanhado de cabo em madeira ou metal revestido, com comprimento mínimo de 1,20 m.	UNID.	1	R\$ 15,58	R\$ 15,58
1.7	PACOTE DE SABÃO EM BARRAS	Sabão em barra glicerinado ou neutro, pacote contendo 5 unidades, peso mínimo de 180 g por unidade, embalagem original do fabricante.	UNID.	1	R\$ 11,62	R\$ 11,62
1.8	SABÃO EM PÓ	Sabão em pó para lavagem de roupas, embalagem contendo no mínimo 500 g, embalagem original do fabricante, com validade mínima de 12 meses na data da entrega.	UNID.	1	R\$ 9,88	R\$ 9,88
1.9	PACOTE DE SACO DE LIXO	Saco plástico para lixo, capacidade de 50 litros, pacote contendo 10 unidades, resistente, cor preta ou azul.	UNID.	1	R\$ 10,38	R\$ 10,38
1.10	VASSOURA MULTIUSO	Vassoura multiuso, com base plástica ou de madeira, cerdas sintéticas resistentes, indicada para limpeza de pisos internos e externos, acompanhada de cabo em madeira ou metal revestido, comprimento mínimo de 1,20 m.	UNID.	1	R\$ 15,63	R\$ 15,63
1.11	ÁGUA SANITÁRIA	Água sanitária à base de hipoclorito de sódio, solução com teor de cloro ativo entre 2% e 2,5%, embalagem contendo 1 litro, devidamente registrada na ANVISA, com validade mínima de 6 meses na data da entrega.	UNID.	1	R\$ 5,11	R\$ 5,11
1.12	DESINFETANTE	Desinfetante líquido para uso geral, indicado para limpeza e desinfecção de pisos, azulejos e superfícies laváveis, embalagem plástica resistente contendo 1 litro, com ação bactericida comprovada, devidamente registrado na ANVISA, com validade mínima de 12 meses na data da entrega.	LITRO	1	R\$ 7,30	R\$ 7,30
VALOR REFERENCIAL POR KIT =					R\$ 124,43	
VALOR GLOBAL LOTE 03 =						R\$ 167.980,50
LOTE 04 – KIT DORMITÓRIO					Ref. Unitário (R\$)	Ref. Total (R\$)
Item	Descrição	Conteúdo de cada kit	Unidade de referência	Quantidade		
1	KIT DORMITÓRIO	Composto por: 01 cobertor de solteiro; 01 fronha de traveseiro; 01 lençol de solteiro; 01 traveseiro. (material novo e embalado individualmente)	KIT	1.360	R\$ 139,12	R\$ 189.203,20
DESCRIÇÃO DETALHADA DOS ITENS E QUANTIDADES POR KIT			UNID.	QUANT.	Ref. Unitário (R\$)	Ref. Total (R\$)
1.1	COBERTOR DE SOLTEIRO	Cobertor tamanho solteiro, confeccionado em manta acrílica, poliéster ou material similar, macio e resistente, dimensões mínimas aproximadas de 1,80 m x 1,20 m, acabamento com bainha nas bordas, novo.	UNID.	1	R\$ 34,52	R\$ 34,52
1.2	FRONHA DE TRAVESEIRO	Fronha para traveseiro tamanho padrão solteiro, confeccionada em tecido 100% algodão ou composição mista predominantemente algodão, dimensões aproximadas de 70 cm x 50 cm, nova.	UNID.	1	R\$ 20,28	R\$ 20,28
1.3	LENÇOL DE SOLTEIRO	Lençol tamanho solteiro, confeccionado em tecido 100% algodão ou composição mista predominantemente algodão, adequado para colchão com dimensões aproximadas de 1,88 m x 0,78 m, novo.	UNID.	1	R\$ 37,92	R\$ 37,92
1.4	TRAVESEIRO	Traveseiro tamanho padrão solteiro, enchimento em fibra siliconada, poliéster ou material sintético similar, revestimento em tecido resistente, dimensões aproximadas de 70 cm x 50 cm, novo e embalado individualmente.	UNID.	1	R\$ 46,40	R\$ 46,40
VALOR REFERENCIAL POR KIT =					R\$ 139,12	
VALOR GLOBAL LOTE 04 =						R\$ 189.203,20
LOTE 05 – COLCHÃO					Ref. Unitário (R\$)	Ref. Total (R\$)
Item	Descrição	Conteúdo de cada kit	Unidade de referência	Quantidade		
1	COLCHÃO	Colchão de solteiro com espuma densidade mínima D20, dimensões mínimas 188x78x12cm, com revestimento em tecido resistente, embalado individualmente.	UNID	1.456	R\$ 339,55	R\$ 494.384,80
VALOR REFERENCIAL POR KIT =					R\$ 339,55	
VALOR GLOBAL LOTE 05 =						R\$ 494.384,80
VALOR GLOBAL ESTIMADO (LOTE 01 + LOTE 02 + LOTE 03 + LOTE 04 + LOTE 05) = R\$1.490.688,50 (um milhão quatrocentos e noventa mil seiscentos e oitenta e oito reais e cinquenta centavos)						

## 13.2. DATA-BASE DO ORÇAMENTO ESTIMADO

**13.2.1.** Para fins de aplicação dos institutos de reajustamento e manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da contratação, nos termos da Lei nº 14.133/2021, fica estabelecido que a data-base do orçamento estimado corresponde à data de encerramento da pesquisa de preços realizada pela Administração, qual seja, **30 de abril de 2026**.

**13.2.2.** Referida data deverá ser considerada como marco temporal para contagem do interregno mínimo necessário à concessão de reajuste contratual, conforme disposições contidas no § 7º do art. 25, no inciso I do § 8º do art. 25, no § 3º do art. 92 e no inciso I do § 4º do art. 92, todos da Lei nº 14.133/2021.



**13.2.3.** A definição da data-base do orçamento estimado visa assegurar segurança jurídica, previsibilidade contratual e observância aos princípios da legalidade, da economicidade e da preservação do equilíbrio econômico-financeiro da contratação administrativa.

#### **14. INDICAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** (Lei 14.133/21, art. 6º, XXIII, "j")

**14.1.** A despesa deste processo correrá por conta da dotação orçamentária:

**ÓRGÃO:** 11;  
**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 1102;  
**PROJETO/ATIVIDADE:** 2092;  
**ELEMENTO DE DESPESA:** 33903200;  
**SUBELEMENTO:** 33903203;  
**FONTE:** 15000000; 17113101.

#### **15. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

**15.1.** A empresa arrematante poderá, preferencialmente, optar por produtos com embalagens minimalistas ou provenientes de material reciclável ou biodegradável com durabilidade e vida útil maior, reduzindo a geração de resíduos e o impacto no meio ambiente, desde que atendidos os requisitos técnicos estabelecidos no Edital.

**15.2.** Os veículos utilizados para a entrega dos produtos deverão possuir manutenção em dias e ser abastecidos preferencialmente com combustíveis mais eficientes e de maior qualidade para evitar a emissão demasiada de gases poluentes.

**15.3.** A adoção dessas medidas mitigadoras é de fundamental importância para reduzir significativamente os impactos ambientais associados à aquisição e compra, promovendo a sustentabilidade e contribuindo para a preservação do meio ambiente.

#### **16. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**16.1.** Serão aplicadas sanções administrativas à CONTRATADA que cometer qualquer prática considerada ilícita conforme exposto no Regulamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas tendo por base a Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, podendo incidir, em caso de descumprimento contratual, multas ou descontos, bem como, em casos mais graves, rescisão.

**16.2.** O inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada poderá ensejar a aplicação de sanções administrativas, observados o contraditório e a ampla defesa, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, sem prejuízo da responsabilização civil e penal cabível.

**16.3.** As sanções aplicadas serão registradas no SICAF ou sistema equivalente, para fins de controle e publicidade, conforme art. 159 da Lei nº 14.133/2021.

#### **17. DISPOSIÇÕES GERAIS**

**17.1.** Este Termo de Referência foi elaborado em consonância com a Lei nº 14.133/2021 e demais normativos aplicáveis, constituindo-se em documento orientador para a realização do certame e para a execução contratual, devendo ser observado pela Administração e pela empresa contratada em todas as suas fases, como forma de garantir a transparência, a eficiência e a legalidade do processo.

As informações contidas, não são classificadas como sigilosas.

Lauro de Freitas, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS  
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

---

Edvan do Nascimento Santos  
Agente De Planejamento  
Matrícula: 101019

**AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE**

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, especialmente dos artigos 7º e 40, **AUTORIZO** o Setor competente a dar prosseguimento à instrução do processo, adotando todas as providências administrativas necessárias à deflagração da fase interna no certame, com base nas informações, justificativas e elementos técnicos constantes deste Termo de Referência.

A instrução deverá observar integralmente os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e do julgamento objetivo, assegurando a estrita conformidade com o interesse público.

Lauro de Freitas/BA \_\_\_\_/\_\_\_\_de 2026.

---

**Diana de Souza Pinto**  
Secretária de Desenvolvimento Social e Cidadania



**ANEXO II**  
**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA**

Para a execução deste instrumento jurídico, as partes declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846/2013, se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente, e estão cientes de que não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta, indireta ou por meio de subcontratados ou terceiros, quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada.

Parágrafo primeiro – A responsabilização da pessoa jurídica subsiste nas hipóteses de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, ressalvados os atos lesivos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, quando a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido.

Parágrafo segundo – As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

LAURO DE FREITAS /BA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

---

AGENTE PÚBLICO

(Esse campo deverá ser preenchido pela municipalidade após adjudicação)

---

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)



**ANEXO III**  
**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO**

Para a execução deste instrumento jurídico, a CONTRATADA, por meio de seu representante, declara não possuir em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como os ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente aos órgãos na linha hierárquica da área encarregada da contratação.

LAURO DE FREITAS /BA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

---

CONTRATADA  
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA  
(Nome, cargo e carimbo da empresa)



**ANEXO IV**  
**DECLARAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO**  
**ART. 63, inciso I e § 1º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021**

(em papel timbrado da empresa)

*[denominação/razão social da sociedade empresarial]*

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº \_\_\_\_\_.

*[endereço da sociedade empresarial]*

Considerando o inciso I do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS que atendemos aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Considerando o disposto no § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS, sob pena de desclassificação, que nossa proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

LAURO DE FREITAS/BA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)





**ANEXO V**  
**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

À  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – COPEL

<b>DADOS DA LICITAÇÃO</b>				
PREGÃO Nº	PROCESSO Nº	OBJETO		

  

<b>DADOS DA EMPRESA</b>				
RAZÃO SOCIAL				
CNPJ		INSCRIÇÃO ESTADUAL		
ENDEREÇO				
TELEFONE		FAX	EMAIL	
BANCO (NOME/Nº)		AGÊNCIA Nº	CONTA CORRENTE Nº	

  

<b>DADOS DO RESPONSÁVEL PARA ASSINATURA DO CONTRATO</b>				
NOME				
RG		ÓRGÃO EXPEDIDOR	CPF	

  

VALIDADE DA PROPOSTA DE PREÇOS		PRAZO DE EXECUÇÃO		
--------------------------------	--	-------------------	--	--

  

<b>LOTE XXX</b>				
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
TOTAL GERAL				
TOTAL GERAL (por extenso) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX				

**OBSERVAÇÕES:**

1 - Proposta de Preços em papel timbrado do licitante.



ANEXO VI  
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

O Município de Lauro de Freitas – BA, neste ato representada por xxxx, brasileira, residente e domiciliada, nesta cidade, e a empresa \_\_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo Sr(a) \_\_\_\_\_, portador da carteira de identidade RG nº \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, doravante denominada DETENTORA, nos termos da **Lei Federal nº 14.133/2021**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela **Lei Complementar Federal nº 101/2000** – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela **Lei Federal nº 8.078/1990**, **Decreto Municipal nº 5.444/2025**, e suas alterações, e demais normas legais aplicáveis e considerando o resultado da licitação modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 000/2026** - firmam a presente Ata de Registro de Preços nas condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

**REGISTRO DE PREÇOS** para Contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de insumos destinados à ajuda humanitária no âmbito da situação de emergência decretada pelo Município de Lauro de Freitas (Decreto nº 5.568/2025), compreendendo o fornecimento, transporte, montagem (quando aplicável) e entrega controlada de kits assistenciais e colchões, destinados às famílias afetadas por alagamentos e enxurradas decorrentes das chuvas intensas ocorridas em 21 de novembro de 2025.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

<b>DADOS DA EMPRESA</b>				
<b>RAZÃO SOCIAL</b>				
CNPJ		INSCRIÇÃO ESTADUAL		
ENDEREÇO				
TELEFONE		FAX	EMAIL	
BANCO (NOME/Nº)		AGÊNCIA Nº	CONTA CORRENTE Nº	
<b>LOTE/ITEM XXX</b>				
<b>ITEM</b>	<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>MARCA</b>	<b>PREÇO UNITÁRIO (R\$)</b>	<b>PREÇO TOTAL (R\$)</b>
<b>TOTAL GERAL</b>				
<b>TOTAL GERAL (por extenso) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX</b>				

**CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA**

3.1 O prazo de vigência da Ata é de 12 (doze) meses, contados da data assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da legislação vigente.

3.2 Na hipótese de prorrogação da vigência da Ata, os quantitativos registrados para os itens licitados poderão ser renovados, restabelecendo-se o saldo total inicial, desde que acordado entre as partes, justificado o interesse público e mantidas as condições vantajosas.

3.3 A renovação de quantitativos não poderá exceder os limites originais da Ata, não sendo permitida a contratação em quantia superior à registrada inicialmente.

**CLÁUSULA QUARTA – ORDEM DE EXECUÇÃO**

A execução dos serviços cujos preços ora são registrados será requisitada por intermédio da apresentação da Ordem de Execução correspondente.

Parágrafo único – Cada Ordem de Execução conterá, sucintamente:

- a) o número da Ata;
- b) a descrição do serviço;



- c) o local de entrega e hora;
- d) o valor da requisição;
- e) as condições de pagamento;
- f) as penalidades;

## **CLÁUSULA QUINTA – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **5.1 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E RECEBIMENTO**

5.1.1 A medição para fins de pagamento será realizada com base nos quantitativos efetivamente fornecidos e devidamente recebidos pela Administração, conforme Ordens de Fornecimento emitidas no âmbito da Ata de Registro de Preços.

5.1.2 O pagamento estará condicionado:

- a) À entrega integral ou parcial dos itens constantes na respectiva Ordem de Fornecimento;
- b) Ao recebimento provisório e posterior recebimento definitivo pelo fiscal designado;
- c) À verificação da conformidade dos produtos com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência.

5.1.3 Não haverá pagamento antecipado. A Administração somente efetuará o pagamento após a efetiva entrega e ateste da regularidade do fornecimento.

5.1.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.1.5 Produtos entregues em desacordo com as especificações não serão objeto de medição até que sejam substituídos e regularizados.

5.1.6 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.1.7 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

5.1.8 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

5.1.9 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

5.1.10 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução da ata.

### **5.2 LIQUIDAÇÃO**

5.2.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

5.2.2 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.3 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: o prazo de validade; a data da emissão; os dados da ata e do órgão contratante; o período respectivo de execução da ata; o valor a pagar; e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.2.4 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

5.2.5 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.6 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas

5.2.7 Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.2.8 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.



5.2.9 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

5.2.10 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da ata, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **5.3 PRAZO DE PAGAMENTO**

5.3.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

### **5.4 FORMA DE PAGAMENTO**

5.4.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.4.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.4.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.4.4 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.4.5 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **CLÁUSULA SEXTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

6.1 Serão aplicadas sanções administrativas à CONTRATADA que cometer qualquer prática considerada ilícita conforme exposto no Regulamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas tendo por base a Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, podendo incidir, em caso de descumprimento contratual, multas ou descontos, bem como, em casos mais graves, rescisão.

6.2. O inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada poderá ensejar a aplicação de sanções administrativas, observados o contraditório e a ampla defesa, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, sem prejuízo da responsabilização civil e penal cabível.

6.3. As sanções aplicadas serão registradas no SICAF ou sistema equivalente, para fins de controle e publicidade, conforme art. 159 da Lei nº 14.133/2021.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

7.1 Constituem obrigações da Contratada, sem prejuízo das demais previstas na legislação aplicável, no Termo de Referência, no Edital e na Ata de Registro de Preços:

#### **7.1.1 OBRIGAÇÕES GERAIS**

I. Executar o objeto em estrita conformidade com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência, na proposta apresentada e na Ata de Registro de Preços;

II. Fornecer produtos novos, sem uso, em perfeitas condições de conservação, consumo e utilização, adequadamente embalados e dentro dos prazos de validade exigidos;

III. Cumprir os prazos de entrega estabelecidos nas Ordens de Fornecimento, observado o prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis;

IV. Responsabilizar-se integralmente pelo transporte, carregamento, descarregamento e entrega dos produtos nos locais indicados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania – SEMDESC;

V. Arcar com todos os custos diretos e indiretos relacionados ao fornecimento, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, securitários e logísticos;

VI. Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame;

VII. Responsabilizar-se integralmente pela qualidade, integridade e regularidade dos produtos fornecidos, respondendo por quaisquer vícios, defeitos ou desconformidades constatadas, ainda que posteriormente ao recebimento definitivo.



#### **7.1.2 OBRIGAÇÕES SANITÁRIAS E DE CONFORMIDADE**

- I. Assegurar que os produtos alimentícios, de higiene pessoal e de limpeza estejam em conformidade com a legislação sanitária, consumerista e regulamentar vigente;
- II. Garantir que os produtos sujeitos à regulamentação específica estejam devidamente regularizados perante os órgãos competentes, especialmente ANVISA e INMETRO, quando aplicável;
- III. Disponibilizar, sempre que solicitado pela fiscalização, documentação técnica dos produtos, tais como fichas técnicas, laudos, certificados de conformidade, registros sanitários ou FISPQ, quando aplicável;
- IV. Garantir que os colchões fornecidos possuam certificação válida do INMETRO e selo de conformidade compatível com a regulamentação vigente;
- V. Assegurar que os produtos sejam entregues em embalagens íntegras, lacradas e sem sinais de violação ou avaria.

#### **7.1.3 OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS**

- I. Permitir e facilitar a fiscalização da execução do objeto pela Administração, prestando todas as informações e esclarecimentos solicitados;
- II. Substituir, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, ou em prazo inferior definido pela Administração em razão da urgência da demanda, quaisquer produtos que:
  - a) sejam entregues em desacordo com as especificações técnicas;
  - b) apresentem defeitos, avarias ou irregularidades;
  - c) estejam com prazo de validade inferior ao exigido;
  - d) apresentem indícios de adulteração, violação ou comprometimento da qualidade.
- III. Responsabilizar-se pelos danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Administração;
- IV. Não transferir a terceiros a execução integral do objeto contratado, permanecendo integralmente responsável perante a Administração, nos termos estabelecidos neste Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços;
- V. Manter controle adequado de estoque, logística e distribuição, de modo a assegurar o atendimento tempestivo das demandas parceladas emitidas pela SEMDESC;
- VI. Garantir rastreabilidade mínima dos produtos fornecidos, especialmente quanto ao fabricante, lote, validade e quantitativos entregues.

#### **7.1.4 OBRIGAÇÕES RELATIVAS À APLICAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS**

Considerando que os recursos utilizados decorrem de repasse federal destinado à execução de ações de resposta à situação de emergência, a Contratada deverá:

- I. Garantir a rastreabilidade dos fornecimentos realizados;
- II. Emitir notas fiscais contendo identificação da Ata de Registro de Preços e da respectiva Ordem de Fornecimento;
- III. Colaborar integralmente com auditorias, fiscalizações, diligências ou solicitações de informações realizadas pelos órgãos de controle interno e externo;
- IV. Manter organizados e disponíveis os documentos comprobatórios relacionados ao fornecimento executado, sempre que solicitado pela Administração.

#### **7.1.5 RESPONSABILIDADE SOCIAL**

Considerando a natureza assistencial do objeto, a Contratada deverá:

- I. Assegurar que os produtos estejam em condições adequadas para distribuição às famílias afetadas pela situação de emergência;



- II. Observar padrões mínimos de qualidade, higiene, segurança e dignidade no fornecimento dos kits assistenciais;
- III. Abster-se de fornecer produtos com aparência inadequada, avariados, deteriorados ou incompatíveis com a finalidade assistencial da contratação.

## **7.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- a) Receber o objeto no prazo e nas condições estabelecidas no Termo de Referência, no Edital e na Ata de Registro de Preços;
- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste Termo de Referência, na proposta e na Ata de Registro de Preços, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, por meio de servidor(es) ou comissão especialmente designada;
- e) Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência, no Edital e na Ata de Registro de Preços;
- f) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da Ata de Registro de Preços, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- g) A Administração poderá paralisar ou suspender, a qualquer momento, a execução do fornecimento, caso verifique descumprimento das normas legais, contratuais ou das condições estabelecidas neste Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços.

## **CLÁUSULA OITAVA – DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO**

8.1 A presente contratação será realizada por Pregão Eletrônico, utilizando o Sistema de Registro de Preços (SRP), nos termos da Lei nº 14.133/2021.

8.2. A adoção do SRP justifica-se pela natureza variável, intermitente e imprevisível da demanda, permitindo contratações conforme a necessidade efetiva de cada Secretaria, sem geração de custos por ociosidade.

8.2.1. O SRP possibilitará a contratação do fornecimento em quantidades fracionadas, assegurando maior flexibilidade, economicidade e aderência ao planejamento real da Administração.

8.3. O certame adotará o critério de julgamento menor preço, como forma de garantir padronização na execução, eficiência logística e vantajosidade econômica, considerando a unicidade e interdependência do objeto.

8.4. Na hipótese de prorrogação da vigência da Ata, os quantitativos registrados para os itens licitados poderão ser renovados, restabelecendo-se o saldo total inicial, desde que acordado entre as partes, justificado o interesse público e mantidas as condições vantajosas.

8.5. A renovação de quantitativos não poderá exceder os limites originais da Ata, não sendo permitida a contratação em quantia superior à registrada inicialmente.

8.6 Os preços/descontos registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

- a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

8.7 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

8.8. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação, sendo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E).

8.9. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR**

9.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1 Descumprir as condições sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;



9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.5. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.1.6. O cancelamento de registros nas hipóteses, será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.1.7. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.1.8. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.1.9. Por razão de interesse público;

9.1.9.1 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA– DO REAJUSTE**

10.1 Os preços registrados e os contratos deles decorrentes poderão ser reajustados, observado o interregno mínimo de 01 (um) ano, contado da data do orçamento estimado da contratação, nos termos do art. 92, inciso V e §3º da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.1.1. O reajustamento será realizado mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, incidente exclusivamente sobre as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

10.1.2. O cálculo do reajuste observará a seguinte fórmula:

$$R = V \times [(I_i - I_o) / I_o]$$

Onde:

- R = valor do reajuste;
- V = valor contratual a ser reajustado;
- $I_i$  = índice do mês do reajuste;
- $I_o$  = índice do mês da data do orçamento estimado.

10.1.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste concedido.

10.1.4. No caso de atraso, ausência de divulgação ou extinção do índice estabelecido, será adotado índice oficial que venha a substituí-lo ou, na ausência de substituto legal, outro índice oficial equivalente que reflita a variação inflacionária do período, mediante apostilamento ou termo aditivo, conforme o caso.

10.1.5. O reajuste será formalizado por apostilamento, nos termos do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

10.2. Fica assegurado o direito à revisão para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial da contratação, nos termos do art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021, mediante comprovação superveniente de fato imprevisível, previsível de consequências incalculáveis, caso fortuito, força maior ou fato do príncipe que impacte significativamente os custos da execução contratual.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORO**

Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Lauro de Freitas/BA para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da presente Ata de Registro de Preços, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Integram esta Ata, o Edital do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_ e as propostas de preço das licitantes vencedoras do mencionado Pregão.



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS  
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

E por estarem justos e acordados, assinam a presente em \_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

LAURO DE FREITAS/BA, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
**Agente Público competente do órgão ou entidade contratante**

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

\_\_\_\_\_  
**Representante Legal da Empresa contratada**

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

\_\_\_\_\_  
(Nome, cargo, matrícula e lotação)





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

**ANEXO VII**  
**MINUTA DO CONTRATO**

O **MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS, ESTADO DA BAHIA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 13.927.819/0001-40, com sede na Praça João Thiago dos Santos – S/N – Centro – Lauro de Freitas – BA, neste ato representada pela **Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania, Sr(a).** \_\_\_\_\_, brasileiro(a), portador(a) do RG n.º \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF sob n.º \_\_\_\_\_, nos termos do Decreto Municipal n. 5.445/2025, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, do outro lado, a empresa \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_\_, representada neste ato por seu representante legal \_\_\_\_\_, denominado **CONTRATADO**, têm justo e acordado o presente Contrato, que é celebrado em decorrência do resultado do PREGÃO Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, realizado por meio do processo administrativo nº \_\_\_\_\_, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

Este Contrato se rege por toda a legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como referida no presente termo, especialmente pelas normas de caráter geral da **Lei Federal nº 14.133/2021**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela **Lei Complementar Federal nº 101/2000** – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela **Lei Federal nº 8.078/1990**, **Decreto Municipal nº 5.444/2025** e suas alterações, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas regras constantes do Edital e de seus Anexos, pela Proposta da CONTRATADA e pelas disposições deste Contrato. A CONTRATADA declara conhecer todas essas normas e concorda em se sujeitar às suas estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes, ainda que não expressamente transcritas neste instrumento, incondicional e irrestritamente.

**CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO**

Contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de insumos destinados à ajuda humanitária no âmbito da situação de emergência decretada pelo Município de Lauro de Freitas (Decreto nº 5.568/2025), compreendendo o fornecimento, transporte, montagem (quando aplicável) e entrega controlada de kits assistenciais e colchões, destinados às famílias afetadas por alagamentos e enxurradas decorrentes das chuvas intensas ocorridas em 21 de novembro de 2025, devidamente descritos, caracterizados e especificados no Termo de Referência (Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_).

**Parágrafo Único** – O objeto do Contrato será executado com obediência rigorosa, fiel e integral de todas as exigências, normas, itens, elementos, condições gerais e especiais, contidos no processo administrativo nº **05483/2026**, no Termo de Referência, em detalhes e informações fornecidas pelo CONTRATANTE, bem como nas normas técnicas para a execução dos serviços.

**CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR**

O valor total do presente Contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ (por extenso).

**CLÁUSULA QUARTA – FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO**

**4.1 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E RECEBIMENTO**

4.1.1 A medição para fins de pagamento será realizada com base nos quantitativos efetivamente fornecidos e devidamente recebidos pela Administração, conforme Ordens de Fornecimento emitidas no âmbito da Ata de Registro de Preços.

4.1.2 O pagamento estará condicionado:

- a) À entrega integral ou parcial dos itens constantes na respectiva Ordem de Fornecimento;
- b) Ao recebimento provisório e posterior recebimento definitivo pelo fiscal designado;
- c) À verificação da conformidade dos produtos com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

4.1.3 Não haverá pagamento antecipado. A Administração somente efetuará o pagamento após a efetiva entrega e ateste da regularidade do fornecimento.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

4.1.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.1.5 Produtos entregues em desacordo com as especificações não serão objeto de medição até que sejam substituídos e regularizados.

4.1.6 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

4.1.7 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

4.1.8 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

4.1.9 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

4.1.10 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução da ata.

#### **4.2 LIQUIDAÇÃO**

4.2.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

4.2.2 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.3 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: o prazo de validade; a data da emissão; os dados da ata e do órgão contratante; o período respectivo de execução da ata; o valor a pagar; e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

4.2.4 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

4.2.5 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.6 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas

4.2.7 Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

4.2.8 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

4.2.9 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

4.2.10 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da ata, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **4.3 PRAZO DE PAGAMENTO**

4.3.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

#### **4.4 FORMA DE PAGAMENTO**

4.4.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

4.4.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

4.4.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

4.4.4 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.4.5 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

5.1 Os preços registrados e os contratos deles decorrentes poderão ser reajustados, observado o interregno mínimo de 01 (um) ano, contado da data do orçamento estimado da contratação, nos termos do art. 92, inciso V e §3º da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.1.1. O reajustamento será realizado mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, incidente exclusivamente sobre as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

5.1.2. O cálculo do reajuste observará a seguinte fórmula:

$$R = V \times [(I_i - I_o) / I_o]$$

Onde:

- R = valor do reajuste;
- V = valor contratual a ser reajustado;
- $I_i$  = índice do mês do reajuste;
- $I_o$  = índice do mês da data do orçamento estimado.

5.1.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste concedido.

5.1.4. No caso de atraso, ausência de divulgação ou extinção do índice estabelecido, será adotado índice oficial que venha a substituí-lo ou, na ausência de substituto legal, outro índice oficial equivalente que reflita a variação inflacionária do período, mediante apostilamento ou termo aditivo, conforme o caso.

5.1.5. O reajuste será formalizado por apostilamento, nos termos do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

5.2. Fica assegurado o direito à revisão para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial da contratação, nos termos do art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021, mediante comprovação superveniente de fato imprevisível, previsível de consequências incalculáveis, caso fortuito, força maior ou fato do príncipe que impacte significativamente os custos da execução contratual.

**CLÁUSULA SEXTA – FORMA DE EXECUÇÃO**

6.1 A forma de execução dos serviços objeto do presente contrato, obedecerá ao Termo de Referência (Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_).

**CLÁUSULA SÉTIMA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

7.1 Gestor da Ata/Contrato, responsável pelo acompanhamento global da execução, controle das ordens de fornecimento, verificação do cumprimento das obrigações contratuais e interlocução administrativa com a contratada;

7.1.1 GESTOR TITULAR:

Milene Dias Santos Neves

Matrícula: 125411



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

**7.1.2.GESTOR SUBSTITUTO:**

Edvan do Nascimento Santos

Matrícula: 101219

**7.1.2.1 Cabe ao gestor da Ata/contrato:**

- a) coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização da ata contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento da ata, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações da ata, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do ata para fins de atendimento da finalidade da administração.
- b) acompanhar os registros realizados pelos fiscais da ata, de todas as ocorrências relacionadas à execução da ata e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- d) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução da ata, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- e) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- f) elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- g) enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos da ata.

7.2 Fiscal da Ata/contrato, responsável pela verificação da conformidade dos produtos entregues com as especificações técnicas, conferência quantitativa e qualitativa, registro de ocorrências e emissão de ateste para fins de pagamento.

**7.2.1 FISCAL TITULAR:**

Genivia De Jesus Santos

Matrícula: 124645

**7.2.2 FISCAL SUBSTITUTO:**

Victor Almeida da Hora

Matrícula: 113509

**7.2.3 Cabe ao fiscal da Ata/contrato:**

- d) O fiscal da ata anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução da ata, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- e) O fiscal da ata informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

7.2.4 O fiscal da ata será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução da ata.

**CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA**

8.1 Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços terão vigência inicial de até 12 (doze) meses.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

**CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

9.1 Constituem obrigações da Contratada, sem prejuízo das demais previstas na legislação aplicável, no Termo de Referência, no Edital e na Ata de Registro de Preços:

**9.1.1 OBRIGAÇÕES GERAIS**

- I. Executar o objeto em estrita conformidade com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência, na proposta apresentada e na Ata de Registro de Preços;
- II. Fornecer produtos novos, sem uso, em perfeitas condições de conservação, consumo e utilização, adequadamente embalados e dentro dos prazos de validade exigidos;
- III. Cumprir os prazos de entrega estabelecidos nas Ordens de Fornecimento, observado o prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis;
- IV. Responsabilizar-se integralmente pelo transporte, carregamento, descarregamento e entrega dos produtos nos locais indicados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania – SEMDESC;
- V. Arcar com todos os custos diretos e indiretos relacionados ao fornecimento, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, securitários e logísticos;
- VI. Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame;
- VII. Responsabilizar-se integralmente pela qualidade, integridade e regularidade dos produtos fornecidos, respondendo por quaisquer vícios, defeitos ou desconformidades constatadas, ainda que posteriormente ao recebimento definitivo.

**9.1.2 OBRIGAÇÕES SANITÁRIAS E DE CONFORMIDADE**

- I. Assegurar que os produtos alimentícios, de higiene pessoal e de limpeza estejam em conformidade com a legislação sanitária, consumerista e regulamentar vigente;
- II. Garantir que os produtos sujeitos à regulamentação específica estejam devidamente regularizados perante os órgãos competentes, especialmente ANVISA e INMETRO, quando aplicável;
- III. Disponibilizar, sempre que solicitado pela fiscalização, documentação técnica dos produtos, tais como fichas técnicas, laudos, certificados de conformidade, registros sanitários ou FISPQ, quando aplicável;
- IV. Garantir que os colchões fornecidos possuam certificação válida do INMETRO e selo de conformidade compatível com a regulamentação vigente;
- V. Assegurar que os produtos sejam entregues em embalagens íntegras, lacradas e sem sinais de violação ou avaria.

**9.1.3 OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS**

- I. Permitir e facilitar a fiscalização da execução do objeto pela Administração, prestando todas as informações e esclarecimentos solicitados;
- II. Substituir, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, ou em prazo inferior definido pela Administração em razão da urgência da demanda, quaisquer produtos que:
  - a) sejam entregues em desacordo com as especificações técnicas;
  - b) apresentem defeitos, avarias ou irregularidades;
  - c) estejam com prazo de validade inferior ao exigido;
  - d) apresentem indícios de adulteração, violação ou comprometimento da qualidade.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

III. Responsabilizar-se pelos danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Administração;

IV. Não transferir a terceiros a execução integral do objeto contratado, permanecendo integralmente responsável perante a Administração, nos termos estabelecidos neste Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços;

V. Manter controle adequado de estoque, logística e distribuição, de modo a assegurar o atendimento tempestivo das demandas parceladas emitidas pela SEMDESC;

VI. Garantir rastreabilidade mínima dos produtos fornecidos, especialmente quanto ao fabricante, lote, validade e quantitativos entregues.

#### **9.1.4 OBRIGAÇÕES RELATIVAS À APLICAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS**

Considerando que os recursos utilizados decorrem de repasse federal destinado à execução de ações de resposta à situação de emergência, a Contratada deverá:

I. Garantir a rastreabilidade dos fornecimentos realizados;

II. Emitir notas fiscais contendo identificação da Ata de Registro de Preços e da respectiva Ordem de Fornecimento;

III. Colaborar integralmente com auditorias, fiscalizações, diligências ou solicitações de informações realizadas pelos órgãos de controle interno e externo;

IV. Manter organizados e disponíveis os documentos comprobatórios relacionados ao fornecimento executado, sempre que solicitado pela Administração.

#### **9.1.5 RESPONSABILIDADE SOCIAL**

Considerando a natureza assistencial do objeto, a Contratada deverá:

I. Assegurar que os produtos estejam em condições adequadas para distribuição às famílias afetadas pela situação de emergência;

II. Observar padrões mínimos de qualidade, higiene, segurança e dignidade no fornecimento dos kits assistenciais;

III. Abster-se de fornecer produtos com aparência inadequada, avariados, deteriorados ou incompatíveis com a finalidade assistencial da contratação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

10.1 Receber o objeto no prazo e nas condições estabelecidas no Termo de Referência, no Edital e na Ata de Registro de Preços;

- a. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes no Termo de Referência, na proposta e na Ata de Registro de Preços, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- b. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- c. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, por meio de servidor(es) ou comissão especialmente designada;
- d. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência, no Edital e na Ata de Registro de Preços;



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

- e. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da Ata de Registro de Preços, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- f. A Administração poderá paralisar ou suspender, a qualquer momento, a execução do fornecimento, caso verifique descumprimento das normas legais, contratuais ou das condições estabelecidas neste Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

11.1 A execução do objeto ocorrerá de forma indireta, mediante formalização de Ata de Registro de Preços, decorrente de Pregão Eletrônico, com fornecimento parcelado conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania – SEMDESC.

11.2 A contratação não implicará obrigação de aquisição da totalidade dos quantitativos estimados, os quais representam previsão máxima para fins de registro. As aquisições serão realizadas por meio de emissão de Ordens de Fornecimento, observando-se a disponibilidade orçamentária e a demanda efetiva identificada no âmbito das ações assistenciais.

**11.3 FORMA DE FORNECIMENTO**

11.3.1 O fornecimento compreenderá:

- a) Aquisição dos itens que compõem cada lote;
- b) Montagem e acondicionamento dos kits, quando aplicável;
- c) Embalagem adequada que assegure integridade e conservação dos produtos;
- d) Transporte até os locais indicados pela SEMDESC dentro do limite geográfico do Município de Lauro de Freitas;
- e) Entrega controlada, com conferência quantitativa e qualitativa no ato do recebimento.
- f) Os kits deverão ser entregues organizados e devidamente acondicionados, de modo a permitir imediata distribuição às famílias beneficiárias, vedada a entrega de itens soltos quando se tratar de lote estruturado como kit.

**11.4 PRAZO DE ENTREGA**

11.4.1 O prazo máximo para entrega será de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento, salvo disposição diversa expressamente indicada pela Administração.

11.4.2 Poderão ser realizadas entregas parceladas, conforme cronograma definido pela SEMDESC, considerando a dinâmica do atendimento às famílias afetadas.

**11.5 LOCAL DE ENTREGA**

11.5.1 A entrega ocorrerá em local(is) previamente indicado(s) pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania – SEMDESC, dentro do território do Município de Lauro de Freitas.

11.5.2 O transporte, carga, descarga e demais custos logísticos serão de inteira responsabilidade da contratada.

**11.6 RECEBIMENTO DO OBJETO**

11.6.1 O recebimento ocorrerá em duas etapas:

- a) Recebimento provisório, no ato da entrega, para conferência quantitativa e verificação inicial das condições dos produtos;
- b) Recebimento definitivo, após verificação detalhada da conformidade com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência.
- c) Constatadas irregularidades, os produtos poderão ser recusados total ou parcialmente, devendo a contratada proceder à substituição no prazo fixado pela Administração, sem ônus adicional.

**11.7 CONTROLE E RASTREABILIDADE**





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

11.7.1 A contratada deverá manter controle adequado dos lotes fornecidos, possibilitando identificação dos produtos entregues, especialmente no que se refere a validade, fabricante e quantitativo, assegurando rastreabilidade compatível com a utilização de recursos públicos vinculados às ações de resposta ao desastre

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

12.1. A despesa deste processo correrá por conta da dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 11;  
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 1102;  
PROJETO/ATIVIDADE: 2092;  
ELEMENTO DE DESPESA: 33903200;  
SUBELEMENTO: 33903203;  
FONTE: 15000000; 17113101

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FORÇA MAIOR E CASO FORTUITO**

13.1 Os motivos de força maior ou caso fortuito que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as etapas e o prazo do Contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrências não comunicadas e nem aceitas pela Fiscalização nas épocas oportunas. Os motivos de força maior e caso fortuito poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO**

14.1 É facultado ao CONTRATANTE suspender a execução do Contrato e a contagem dos prazos mediante justificativas.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

15.1 Serão aplicadas sanções administrativas à CONTRATADA que cometer qualquer prática considerada ilícita conforme exposto no Regulamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas tendo por base a Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, podendo incidir, em caso de descumprimento contratual, multas ou descontos, bem como, em casos mais graves, rescisão.

15.2. O inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada poderá ensejar a aplicação de sanções administrativas, observados o contraditório e a ampla defesa, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, sem prejuízo da responsabilização civil e penal cabível.

15.3. As sanções aplicadas serão registradas no SICAF ou sistema equivalente, para fins de controle e publicidade, conforme art. 159 da Lei nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – RECURSOS**

A CONTRATADA poderá apresentar:

- (a) **Recurso** a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da intimação da aplicação das penalidades estabelecidas nas alíneas “i”, “ii”, e “iv” da Cláusula anterior;
- (b) **Recurso** a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de **3 (três) dias úteis** contados da intimação da extinção do contrato quando promovido por ato unilateral e escrito da Administração;
- (c) **Pedido de Reconsideração** no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da ciência da aplicação da penalidade estabelecida na alínea “iii” do caput da Cláusula anterior;

**Parágrafo Único** – Os recursos a que aludem as alíneas “a” e “b” do caput da presente Cláusula serão dirigidos à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar a decisão recorrida, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior para decisão.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – EXTINÇÃO**

O CONTRATANTE poderá extinguir administrativamente o Contrato, por ato unilateral, na ocorrência das hipóteses previstas no art. 137, incisos I a IX, da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante decisão fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e observado o art. 138, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**Parágrafo Primeiro** – A extinção operará seus efeitos a partir da publicação do ato administrativo no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

**Parágrafo Segundo** – Extinto o Contrato, a CONTRATANTE assumirá imediatamente o seu objeto no local e no estado em que a sua execução se encontrar.

**Parágrafo Terceiro** – Na hipótese de extinção por culpa da contratada, a CONTRATADA, além das demais sanções cabíveis, ficará sujeita à multa de até 20% (vinte por cento) calculada sobre o saldo reajustado do Contrato, ou, ainda, sobre o valor do Contrato, conforme o caso, na forma da Cláusula Terceira e da Cláusula Décima Sexta, caput, alínea “c”, deste Contrato.

**Parágrafo Quarto** – A multa referida no parágrafo anterior não tem caráter compensatório e será descontada do valor da garantia. Se a garantia for insuficiente, o débito remanescente, inclusive o decorrente de penalidades anteriormente aplicadas, poderá ser compensado com eventuais créditos devidos pelo CONTRATANTE.

**Parágrafo Quinto** – Nos casos de extinção com culpa exclusiva da CONTRATANTE, deverão ser promovidos:

- (a) a devolução da garantia;
- (b) os pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da extinção;
- (c) o pagamento do custo de desmobilização, caso haja;
- (d) o ressarcimento dos prejuízos comprovadamente sofridos.

**Parágrafo Sexto** – Na hipótese de extinção do Contrato por culpa da CONTRATADA, esta somente terá direito ao valor das faturas relativas às parcelas do objeto efetivamente adimplidas até a data da rescisão do Contrato, após a compensação prevista no parágrafo quarto desta Cláusula.

**Parágrafo Sétimo** – No caso de extinção amigável, esta será reduzida a termo, tendo a CONTRATADA direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato, conforme atestado em laudo da comissão especial designada para esse fim e à devolução da garantia.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SUBCONTRATAÇÃO**

18.1 Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto da presente contratação.

18.2 A vedação à subcontratação justifica-se pela natureza específica da solução adotada, que envolve o fornecimento organizado de kits assistenciais e colchões destinados a atendimento humanitário em contexto de situação de emergência formalmente decretada.

18.3 A execução do objeto exige responsabilidade integral da contratada quanto à aquisição dos insumos, montagem padronizada dos kits (quando aplicável), acondicionamento, armazenamento, transporte e entrega controlada nos locais indicados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania – SEMDESC. Trata-se de atividade que demanda coordenação logística unificada, rastreabilidade dos itens fornecidos e controle rigoroso de qualidade, especialmente em razão da utilização de recursos federais vinculados às ações de resposta ao desastre.

18.4 A eventual subcontratação poderia comprometer:

- a) A padronização dos kits e o controle de qualidade dos produtos;
- b) A rastreabilidade da cadeia de fornecimento, essencial para fins de fiscalização e prestação de contas;
- c) A responsabilidade objetiva da contratada pela integral execução do objeto;
- d) A celeridade na entrega, considerando a necessidade de resposta rápida às famílias afetadas.
- e) Adicionalmente, o objeto consiste em bens comuns, amplamente disponíveis no mercado, não havendo complexidade técnica que justifique a fragmentação da execução. A vedação à subcontratação, portanto, não restringe indevidamente a competitividade, mas visa assegurar maior controle administrativo, eficiência logística e segurança jurídica na aplicação dos recursos públicos.
- f) Ressalta-se que a contratada permanece integralmente responsável pela execução do objeto, não podendo transferir a terceiros as obrigações assumidas perante a Administração.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PROTEÇÃO DE DADOS**

A CONTRATADA, por si e por seus colaboradores, obriga-se a atuar no presente Contrato em conformidade com a Legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018, além das demais normas e políticas de proteção de dados de cada país onde houver qualquer tipo de tratamento dos dados dos clientes, o que inclui os dados dos clientes desta. No manuseio dos dados a CONTRATADA deverá:



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

§ 1º. Tratar os dados pessoais a que tiver acesso apenas de acordo com as instruções da **CONTRATANTE** e em conformidade com estas cláusulas, e que, na eventualidade, de não mais poder cumprir estas obrigações, por qualquer razão, concorda em informar de modo formal este fato imediatamente à **CONTRATANTE**, que terá o direito de rescindir o contrato sem qualquer ônus, multa ou encargo.

§ 2º. Manter e utilizar medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos ou consultados/transmitidos eletronicamente, para garantir a proteção desses dados contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida.

§ 3º. Acessar os dados dentro de seu escopo e na medida abrangida por sua permissão de acesso (autorização) e que os dados pessoais não podem ser lidos, copiados, modificados ou removidos sem autorização expressa e por escrito da **CONTRATANTE**.

§ 4º. Garantir, por si própria ou quaisquer de seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados, a confidencialidade dos dados processados, assegurando que todos os seus colaboradores prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados que lidam com os dados pessoais sob responsabilidade da **CONTRATANTE** assinaram Acordo de Confidencialidade com a **CONTRATADA**, bem como a manter quaisquer Dados Pessoais estritamente confidenciais e de não os utilizar para outros fins, com exceção da prestação de serviços à **CONTRATANTE**. Ainda, treinará e orientará a sua equipe sobre as disposições legais aplicáveis em relação à proteção de dados.

§ 5º. Os dados pessoais não poderão ser revelados a terceiros, com exceção da prévia autorização por escrito da **CONTRATANTE**, quer direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma reflitam referidas Informações.

I - Caso a **CONTRATADA** seja obrigada por determinação legal a fornecer dados pessoais a uma autoridade pública, deverá informar previamente a **CONTRATANTE** para que esta tome as medidas que julgar cabíveis.

II - A **CONTRATADA** deverá notificar a **CONTRATANTE** em até 24 (vinte e quatro) horas a respeito de:

- a) Qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais pela **CONTRATADA**, seus funcionários, ou terceiros autorizados;
- b) Qualquer outra violação de segurança no âmbito das atividades e responsabilidades da **CONTRATADA**.

§ 6º. A **CONTRATADA** será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta à **CONTRATANTE** e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento pela **CONTRATADA** de qualquer das cláusulas previstas neste capítulo quanto a proteção e uso dos dados pessoais.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – FORO**

20.1 Fica eleito o Foro da Comarca do Município de LAURO DE FREITAS/BA para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – PUBLICAÇÃO**

21.1 O **CONTRATANTE** promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, às expensas da **CONTRATADA**.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES FINAIS**

a) Fazem parte do presente contrato as prerrogativas constantes do art. 104 da Lei Federal nº 14.133/2021.

b) Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no **CONTRATANTE**.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

E por estarem justos e acordados, assinam o presente em \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

LAURO DE FREITAS/BA, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

**Agente Público competente do órgão ou entidade contratante**

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

---

**Representante Legal da Empresa contratada**

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

---

**Testemunha**

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

---

**Testemunha**

(Nome, cargo, matrícula e lotação)